

WALDIR CURY

**TREINAMENTO DA
VELOCIDADE TAQUIGRÁFICA**

NÍVEL AVANÇADO

90 a 110 palavras por minuto

Depois do TREINAMENTO DA VELOCIDADE TAQUIGRÁFICA (nível elementar e médio - 20 a 85 palavras por minuto), estamos lançando o “nível avançado”, que abrange velocidades de 90 palavras por minuto a 110 p.p.m..

Costuma-se dizer que a velocidade de 80 p.p.m. é o marco inicial da Taquigrafia propriamente dita, ficando toda a trajetória de treinamento taquigráfico anterior reservada ao campo da Estenografia. Em outras palavras, velocidades de 40 p.p.m. até 80 p.p.m. seria Estenografia, de 80 p.p.m. em diante, Taquigrafia.

Somos um pouco mais exigente. Para nós, Taquigrafia mesmo começa na velocidade de 90 palavras por minuto. Neste sentido, este manual e as 12 fitas cassete que o acompanham têm um escopo preciso: formar taquígrafos.

Embora tenha sido elaborado para alunos do método Maron, este conjunto didático serve, de igual forma, para o treinamento da velocidade taquigráfica de alunos de qualquer método, bastando, para isso, que treinem, antes de cada ditado, as palavras que em seu método sejam de difícil traçado e os respectivos taquigramas. Mas, mesmo que siga o treinamento da lista de palavras assentes antes de cada ditado deste compêndio, colherão, sem dúvida nenhuma e de igual forma, os frutos que o treinamento repetitivo das palavras oferece.

Serve este manual, de igual forma, para os profissionais que já trabalham na área de Taquigrafia e desejam “manter-se em forma”.

Para tornar-se um taquígrafo não existe um método milagroso. Ainda não o inventaram. O que existe - desde o tempo dos romanos, com as Notas Tironianas (o primeiro método de taquigrafia inventado) - é: *vontade de treinar, estudo metódico e persistência*. São as três palavrinhas-chave no estudo da velocidade taquigráfica. O resto é questão de tempo. Um estudo metódico de **40 minutos diários** é considerado ideal para a aquisição da velocidade taquigráfica. Só com um estudo metódico logrará o estudioso da Taquigrafia o domínio cada vez maior deste sistema avançado de escrita. Este sistema de grafia veloz, definida de forma tão sucinta e poética por Karl Faulmann, celebrado historiador da Taquigrafia:

A ARTE DE ESCREVER TÃO RÁPIDO QUANTO SE FALA É O MAIS ALTO TRIUNFO DA ESCRITA.

Niterói, 2002.
Prof. Waldir Cury

CARTA DO PROFESSOR

Prezado aluno,

prezada aluna,

você está entrando na velocidade de 90 palavras por minuto. Noventa palavras por minuto é considerada uma etapa muito importante, é considerado um marco. Podemos até dizer que aqui começa *a taquigrafia propriamente dita*.

Continue com o seu entusiasmo, com o seu estudo metódico, com a sua persistência diária. Treine bem as palavras. Treine muitas vezes o mesmo ditado. Não tenha pressa: a velocidade taquigráfica vai chegando a pouco e pouco.

Procure “mastigar” bem cada ditado, “digeri-lo” bem. Quanto mais “mastigar”, quanto mais treinar o mesmo ditado, as mesmas palavras, melhor.

Lembre-se de que o que atrasa a velocidade taquigráfica é a “dúvida mental”. O orador fala, o ouvido capta o som, joga a informação para o cérebro, o cérebro elabora o traçado taquigráfico e depois joga para o sistema nervoso; o sistema nervoso joga a informação para o braço e para a mão. A mão, então, irá traçar no papel o sinal gráfico referente ao som que o ouvido escutou.

E todo esse processo de elaboração e escrita dos sinais taquigráficos é feito em velocidades cada vez maiores, na medida em que você vai avançando no seu estudo de taquigrafia.

Só a repetição intensiva dos mesmos sinais, das mesmas palavras, das mesmas frases, dos mesmos ditados é que lhe darão a segurança necessária para ir avançando na velocidade.

Nesta fase, muito importante também é saber os taquigramas de cor e salteado.

Não desanime se você não conseguir *pegar um ditado integralmente*. Continue treinando o mesmo ditado, vá treinando outros ditados, que a médio e longo prazo você ficará apto a fazê-lo, você ficará proficiente. É tudo questão de *tempo* e de *estudo metódico*.

Avante, pois!

Para a frente!!!

Prof. Waldir Cury

CRISES IMPORTADAS

(2 min. de 90 p.p.m.)

Antes de começar o ditado, treinar MUITAS VEZES cada palavra da lista abaixo. Procurar fazer sempre os sinais taquigráficos COM PERFEIÇÃO, observando a proporção e a geometria. Treinar, em seguida, VÁRIAS VEZES pela gravação.

palavra (taq.)	propósito	asiáticas _____
reverberação	acontecer	lamentável
oceanos	costumes	geopolítica
asiáticos	opinião pública (taq.)	inevitavelmente
mergulhadas	estruturais	profundas
trilhos	impediu	franceses
alemães	espanhóis	continuassem
volatilidade	desenvolvidos (taq.)	tampouco
paquistaneses	Hong Kong	América Latina (taq.)

Crise é a palavra que mais se tem escrito e ouvido a propósito das economias asiáticas. Sua reverberação no Brasil continua a acontecer de forma lamentável. A falta de uma visão realmente crítica sobre os oceanos que separam a economia, os costumes e / a situação geopolítica de asiáticos e brasileiros faz com que parte da opinião pública sofra pensando que o Brasil inevitavelmente será a próxima “bola da vez”.

Economias mergulhadas em crises estruturais profundas, como a Rússia, chegaram a pagar juros superiores a 100% para rolar sua [1] dívida interna. Mas o fato de que a Rússia quase saiu dos trilhos não impediu que franceses, alemães ou espanhóis continuassem lançando títulos com prazos de dez anos a taxas inferiores a 5%. Cada mercado importa a volatilidade que quer, no grau que quer.

SOLUÇÃO DE EMERGÊNCIA

(3 min. de 90 p.p.m.)

emergência	financiamentos (taq.)	imobiliários
aquisição	anunciadas	ministro da Fazenda (taq.)
construção	reduzir	desemprego
déficit	isoladas	solucionarão
vislumbrar	colossal	estimular
desemprego	multiplicador (taq.)	principalmente (taq.)
estimulá-la	estimular	rapidamente
correlatos	experimentou	transferência (taq.)
imóveis	facilitado	imobiliário
aprovado	implantado	expectativa
injetados	asiática	esperanças
industrial	capacidade	ociosa
desaceleração	transmissão	

A redução dos juros dos financiamentos imobiliários e a liberação de 27 mil novas cartas de crédito para aquisição de casa própria, anunciadas ontem pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, é sinal de que o governo aposta na construção civil para reduzir / o desemprego e o déficit habitacional. Medidas isoladas não solucionarão a crise aguda da construção civil, mas indicam que o governo começa a vislumbrar o caminho apesar do déficit público colossal que pesa sobre a economia.

A construção é o meio mais eficaz de estimular [1] a poupança interna. Mas acima de tudo gera empregos - quando o país registra 7,94% de desemprego - ,reduz o agudo déficit habitacional e tem efeito multiplicador em vários setores da indústria, principalmente na área de materiais de construção. A construção civil vive uma das piores crises / e opera com apenas 25% da capacidade. Estimulá-la significa estimular rapidamente setores industriais correlatos. A crise da construção civil nunca experimentou momento tão difícil, por conta dos juros altos e da transferência brutal da poupança do setor privado para o público.

Imóveis são bens caros [2] e precisam de financiamento a longo prazo. Embora o governo tenha facilitado o crédito imobiliário e o Congresso aprovado o Sistema Financeiro Imobiliário (SFI), até o momento não foi implantado. O setor imobiliário tinha expectativa de que fossem injetados cerca de R\$4 bilhões em todo o / país, mas a crise asiática elevou juros a níveis recordes e abortou esperanças. Só que enquanto a redução do ritmo industrial gera capacidade ociosa, na área da construção civil a desaceleração é correia de transmissão que gera desemprego direto e imediato.

O governo Castello Branco...[3]

A CRISE DOS CINCO DEDOS

(4 min. de 90 p.p.m.)

índices	desfavoráveis	eleitorais
enfrentado	asiática	arrocho
carrega	azar	mostrou
estragos	sertão	biografia
providencialmente	eleitoral	eleitorado
ponham-se	desgaste	incêndio
Roraima	infelicidade	vagabundos
aposentadoria (taq.)	desencontro	desacerto
qualquer	candidatura	origem
exatamente	campanha eleitoral (taq.)	prestação
conseguiu	desmontar	meteu-se
deplorável	hospitalizou-se	indicando
beneficiários	fabulosas	hospitalares
necessitada	lamentando	tardamente
valorizem	deveriam	nomeação
recuperar	prejuízo	eleitoral
experiente	mexendo	verdadeira
inversão	prioridade	

Fernando Henrique diz estar pagando agora, com os índices desfavoráveis das pesquisas eleitorais, o preço de ter enfrentado a crise asiática com medidas duras e arrocho na economia. Em sentido mais amplo, também carrega o azar de uma seca que / sequer mostrou metade dos estragos que é capaz de fazer no sertão e na biografia dos políticos, num ano providencialmente eleitoral, e numa região com quase um terço do eleitorado do país.

Ponham-se também nessa conta do desgaste o incêndio de Roraima, a infelicidade da [1] frase dos vagabundos da aposentadoria, a greve nas universidades e qualquer outro desencontro ou desacerto do governo. Mas não se tenha dúvida: Fernando Henrique está vivendo a crise dos cinco dedos. Qualquer problema que esteja causando danos à nova candidatura do presidente tem origem exatamente / na lista de cinco temas que apontou como metas de seu governo, durante a campanha eleitoral de 1994. É a hora da prestação de contas.

Tome-se um dedo qualquer e não faltará assunto para falar mal do governo. Saúde, por exemplo. É uma área minada. [2] O governo não conseguiu desmontar os focos de corrupção que existem ali. Meteu-se goela abaixo da população um imposto novo, o imposto dos cheques, o orçamento do setor subiu de R\$ 14 bilhões para R\$ 19 bilhões entre 1996 e 1997, não se vê

avanço e ainda / se pedem mais e mais verbas. O atendimento da saúde pública no Brasil continua deplorável.

Hospitalizou-se tudo, como reconhece o presidente, indicando que os grandes beneficiários dessas verbas fabulosas são as empresas hospitalares, e não a população necessitada, e lamentando tardiamente que não se valorizem [3] mais os postos de saúde, que deveriam resolver boa parte dos problemas levados hoje aos hospitais. A nomeação de José Serra para o Ministério da Saúde foi medida extrema para recuperar o prejuízo eleitoral. É executivo experiente, decidido. Sabe em que está mexendo. Tem um / modelo de saúde na cabeça. Mas sabe também que até a eleição tem mais tempo para mostrar boas intenções do que resultados.

Educação é outro dedo de FH. O presidente diz estar fazendo ali uma verdadeira revolução, com a inversão de prioridade: o ensino básico...[4]

PRONTA RESPOSTA

(10 min. de 75 p.p.m.)

As medidas anunciadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para apressar a reforma agrária acertam em cheio quando dão primazia à decisão política sobre a inércia burocrática. É o caso da transferência para a Justiça Federal dos / julgamentos de crimes contra os direitos humanos, a criação de varas privativas para questões agrárias e de uma guarda nacional civil para garantir de forma civilizada a segurança coletiva.

Outra medida auspiciosa que está sendo considerada será [1] cercar de cautelas a emissão de reintegração de posse em conflitos coletivos por terra, em vez de requisitar pura e simplesmente a ação da força bruta policial. Embora tenha demorado a reagir, o governo demonstra pelas providências que / se sensibilizou com o drama agrário e está tirando as lições devidas do massacre de Eldorado dos Carajás. No mesmo sentido age o Congresso Nacional, ao assumir o compromisso de regime de urgência os projetos que transferem [2] para a Justiça comum crimes civis cometidos por policiais militares em serviço, e que inserem o dispositivo do rito sumário para desapropriação de terras consideradas improdutivas pelo INCRA. São mudanças pragmáticas e de efeito rápido.

O mesmo não / se pode dizer da mais que discutível criação de um Ministério Extraordinário da Reforma Agrária, desvinculando a questão agrária do Ministério da Agricultura com vistas a arranjos partidários de circunstância.

A questão agrária é um problema de [3] Estado, não de governo. Transcende de muito a miúda barganha de ministérios entre os partidos e coligações, não podendo servir de carona a acordos políticos subalternos. Como se sabe, os politiquinhos não conseguiram até hoje solucionar esse complexo / problema.

Quando é necessário simplificar e agilizar soluções no Brasil, não se criam instâncias, eliminam-se instâncias. Uma nova estrutura burocrática serviria talvez para resolver a fome de cargos de determinado partido, teria função política, mas, ao mesmo [4] tempo, seria solução economicamente nebulosa. Como é sabido, uma autêntica reforma agrária não se limita a distribuir terras. Exige crédito, insumos, assistência tecnológica – itens que dependem de instrumentos localizados no Banco do Brasil e nos ministérios da Agricultura / e da Fazenda.

A crise no campo está relacionada à dispensa de mão de obra pela adoção de tecnologia sofisticada. É preciso, portanto, qualificar a mão de obra, pois só sobreviverá quem for produtivo e competitivo. Para [5] isso não se

precisa de um Ministério Extraordinário. Assim como não se precisa de ministério para acabar com o latifúndio improdutivo. Basta a Receita Federal cobrar o Imposto Territorial Rural que não é pago.

Definir com precisão a / Reforma Agrária de que o Brasil precisa é mais urgente do que atender a pleitos políticos ou criar cabides de empregos e repartições. O Brasil tem pressa. Qualquer desperdício de tempo fará o jogo dos manipuladores do [6] desespero dos mais de 37 mil acampados no interior do país.

O PREÇO DA PAZ

A ação rápida do governo brasileiro e dos outros países do Mercosul, sem falar também no apoio do governo americano, marcou ponto decisivo / a favor da democracia no Paraguai. Segunda-feira, o presidente Fernando Henrique falou duas vezes por telefone com o presidente Juan Carlos Wasmosy, manifestando a posição brasileira de repúdio à ameaça de golpe militar.

Não é posição [7] nova. Já em 1987, ainda durante o reinado sangrento do ditador Stroessner, comissão parlamentar brasileira deixou claro, numa viagem a Assunção, que “o apoio das Forças Armadas brasileiras à ditadura paraguaia é um fato do passado”. Em Brasília / no início de 1995, uma das primeiras declarações do presidente Fernando Henrique, diante do também recentemente empossado Wasmosy, foi de que o Brasil não toleraria golpe de estado no Paraguai. O Brasil e, em consequência, o Mercosul, [8] tinham pela frente, além do desafio econômico, o desafio político imprevisto de ajudar a impedir que o primeiro presidente civil eleito na História do Paraguai fosse deposto.

Antes mesmo de brilhar a estrela cadente do general Oviedo, que / ontem “caiu para cima”, ao aceitar o cargo de ministro da Defesa, desistindo da rebelião no Quartel Central de Assunção, evidenciava-se que os militares tinham dificuldade de se submeter ao poder civil. O que sobrou da ditadura [9] stroessneriana, de 1954 a 1989, e de mais três anos de governo do general Andrés Rodríguez, é uma grande disputa pelo poder entre facções militares nas costas de Wasmosy. O fantasma do golpe acompanha-o portanto desde a posse. / O peso da união regional nem sempre tem o condão de amedrontar o fantasma. Por isto, os países do Mercosul têm papel fundamental para a democracia paraguaia.

Na verdade, o presidente e o general rebelde se hostilizavam...[10]

IMPREVIDÊNCIA NA REFORMA

(2 min. de 95 p.p.m.)

Antes de começar o ditado, treinar MUITAS VEZES cada palavra da lista abaixo. Procurar fazer sempre os sinais taquigráficos COM PERFEIÇÃO, observando a proporção e a geometria. Treinar, em seguida, VÁRIAS VEZES pela gravação.

imprevidência	<u>contabilidade</u>	<u>aprovação</u>
previdência	<u>servidores</u>	aposentaram (taq.)
generalizada (taq.)	<u>alterações</u>	<u>drásticas</u>
regulavam	superariam	<u>possíveis</u>
processo (taq.)	<u>negociação</u>	administradores (taq.)
infringidos	<u>reedição</u>	<u>escancarada</u>
<u>autoritárias</u>	<u>patrimonialistas</u>	ameaças
<u>concessão</u>	prebendas	<u>socialização</u>
correligionários (taq.)	imagem	beneplácito
destituída	<u>capacidade</u>	<u>crítica</u>
gestores	conseqüências (taq.)	desastrosas
aposentadoria (taq.)	precoce	<u>qualificados</u>
<u>especialmente</u>	tecnologia (taq.)	<u>consideradas</u>
fundamentais (taq.)		

Sonia Fleury

Se fossem contabilizados os custos financeiros da aprovação, pela Câmara, da reforma da Previdência, mais os custos indiretos representados pelo volume de servidores que se aposentaram no último ano, diante da insegurança generalizada em relação às ameaças de alterações drásticas das regras que / regulavam a aposentadoria, certamente eles superariam, em muito, os possíveis parcos resultados a serem obtidos com as novas normas, em processo de negociação–aprovação no Congresso. Sem falar nos custos políticos infringidos à nossa recente democracia, relativos à reedição, de forma escancarada, das piores práticas autoritárias e [1] patrimonialistas, um misto de ameaças de se fazer cumprir a lei com a concessão de prebendas e a socialização das dívidas dos correligionários de última hora.

Enquanto o Governo comemora sua vitória política e procura fortalecer sua imagem externa de controle sobre o processo de reformas, com o / beneplácito de uma imprensa cada vez mais destituída de capacidade crítica, os administradores e gestores de órgãos públicos enfrentam as conseqüências desastrosas deste processo, que levaram à aposentadoria precoce milhares de servidores qualificados, especialmente nas áreas da educação e da ciência e tecnologia, consideradas fundamentais para garantir...[2]

PRESIDENTE FALADOR

(5 min. de 90 p.p.m.)

<u>falador</u>	<u>experimentos</u>	retificações (taq.)
inaugurou	incorpora	cacoetes
antecessores	singulariza	significativos (taq.)
<u>inovador</u>	ingredientes	tradicionais
exercitá-la	desembaraço	freqüência
Belo Horizonte	<u>lançamento</u>	ambicioso
platéia	<u>enfeitada</u>	<u>autoridades</u>
representantes (taq.)	educacional	assinala
expressivos	improviso	atentem
<u>lançamento</u>	compromisso	<u>erradicação</u>
analfabetismo	priorizar	contexto
distribuiu	carapuças	<u>oratória</u>
propósito	<u>distorções</u>	<u>herdadas</u>
dissimular	indignada	<u>reação</u>
mostrando	trazendo	podridão
corrigi-la	desabafo	abelhas
marimbondos	<u>sabíamos</u>	<u>temperamento</u>
circunstâncias (taq.)	transferência (taq.)	celebrada
irreverência	carioca	<u>relacionamento</u>
linguagem	transformação (taq.)	protegido
palácio	planalto	<u>raríssimas</u>
<u>intimidade</u>	repórteres	credenciados
cumprimentavam		

Já se pode anunciar, sem risco de erro, que o presidente Fernando Henrique Cardoso, depois de alguns experimentos e retificações, inaugurou um novo estilo que incorpora cacoetes de antecessores, mas acrescenta a nota própria, o molho que o distingue e / singulariza.

Os sinais do novo modelo são recentes e significativos. No período dos ensaios, misturou o tempero inovador com ingredientes tradicionais.

Nos últimos dias, de algumas semanas para cá, convencido do êxito da fórmula, passou a exercitá-la com desembaraço e freqüência. E desde anteontem, em [1] Belo Horizonte, no discurso de lançamento do ambicioso Ano da Educação, perante platéia seleta, enfeitada por 21 governadores, cinco ministros, mais o buquê de autoridades federais, estaduais e municipais e cerca de mil representantes do setor educacional, o presidente não deixou dúvidas quanto aos retoques / da postura que assinala o segundo ano do mandato.

Vale a pena reler os dois trechos mais expressivos e fortes do improviso, destacados pela imprensa. Atentem que se trata de solene lançamento do projeto que procura resgatar compromisso de campanha para a erradicação do analfabetismo [2] no prazo de 10 anos e pretende priorizar o ensino fundamental, prevendo ainda mudanças no ensino técnico.

Pois no contexto de fala grave e seca, Fernando Henrique soltou a língua e distribuiu recados e carapuças políticas, em dura linguagem de oratória parlamentar.

A propósito das / distorções herdadas pelo governo não poupou adjetivos nem procurou dissimular a indignada reação: “O governo está mostrando, trazendo à luz, dizendo: olha, aqui está podre, mas eu não entro nesta podridão, eu vou corrigi-la”.

No mesmo embalo, vai mais fundo em tom de veemente desabafo: [3] “Eu disse que não teria temor em colocar a mão em vespeiros. Algumas abelhas me picam, às vezes marimbondos. Mas nós sabíamos que seria assim. Muitas vezes o interesse particular grita na porta, mas tenho que pensar é na maioria do Brasil”.

Se é verdade / que cada presidente tem o seu jeito de exercer o mandato, ajustado ao temperamento e às circunstâncias, os antigos costumes reverentes ao protocolo, sensíveis à contenção, estão mudando em crescente velocidade.

A transferência da capital assinala a virada. entende-se. A celebrada irreverência carioca não invadia [4] a reserva do fechado espaço oficial.

No relacionamento com a imprensa, nos contatos com a população, na linguagem, em tudo ou quase tudo, a transformação foi da água do Guandu para o rebuliço da Praça dos Três Poderes. O Governo era muito protegido e / distante no Palácio do Catete do que entre os vidros e as colunas do Palácio do Planalto.

Raras, raríssimas vezes, em ocasiões especiais e apenas para os jornalistas da intimidade e confiança, o presidente da República saía do casulo. Os repórteres credenciados no Palácio cumprimentavam... [5]

ATOS DE TRAIÇÃO

(10 min. de 70 p.p.m.)

Antes de começar o ditado, treinar MUITAS VEZES cada palavra da lista abaixo. Procurar fazer sempre os sinais taquigráficos COM PERFEIÇÃO, observando a proporção e a geometria. Treinar, em seguida, VÁRIAS VEZES pela gravação.

traição	surpresa	presidência
escandalizou	consciência	deserção
valer-se	contribuiu	aprontou
cidadãos	oriundos	honraram
compromisso	turvo	fidelidade
descrédito	desrespeito	vulnerável
inimigos	comemoração	inesperada
ruidosamente	surpresos	intermediário
barretada	pseudo-eleitoral	espetáculo
escapou	desculpa	privilegiadas
principalmente	manutenção	imoralidade
envergonham	carimbou	passaporte
inevitável	posteridade	testemunho
histórico	endossaram	sucessão
escravatura	envergonha	reacionários
institucionalmente	insistência	restaurar
fidelidade	imprudência	sobrevivem
lealdade	registrados	inseparáveis
compromisso	desrespeito	extensão
advertiu	especificamente	crescimento
próprios	oportunistas	escrúpulos
dispostos	satisfação	elegeram
dispensam	liderança	infidelidade
oportunistas	consideram-se	cinicamente
restabelecimento	fidelidade	conveniência
diminuem	abastecem	legitimidade
desculpa	desacordo	programa
endereço	implica	renovação

Não foi a surpresa do resultado, mas a alta traição na hora de votar a Reforma da Previdência, que escandalizou a consciência democrática brasileira.

O governo foi derrotado pela deserção de votos, / que fazem parte da maioria parlamentar, sem que possa valer-se de qualquer punição legal. O

próprio partido do governo contribuiu para o resultado que afrontou o respeito que a política deve aos cidadãos. Votos oriundos [1] de outros partidos não honraram o compromisso com a legenda do PSDB. Beberam ao passado turvo de demagogia.

Está reaberto o debate sobre fidelidade partidária, sem a qual a democracia entra em descrédito, se expõe / ao desrespeito dos eleitores e se torna vulnerável aos seus inimigos.

A comemoração da vitória inesperada no plenário, reunindo ruidosamente os surpresos parlamentares, intermediários do atraso, e os que trocaram o compromisso de aprovar a [2] Reforma da Previdência por uma barretada pseudo-eleitoral, foi um espetáculo de que os eleitores saberão se lembrar na hora certa, na hora de votar. Os eleitores sabem o que querem. Deram o seu recado / na eleição presidencial. Não escapou a ninguém que deputados e senadores estavam votando em causa própria, sob a desculpa de defender a aposentadoria especial de algumas categorias profissionais privilegiadas, inclusive ou principalmente, a deles próprios. [3]

A manutenção do Instituto de Previdência dos congressistas, que aposenta parlamentares com oito anos de mandato é uma dessas imoralidades que envergonham um regime democrático, mas da qual deputados e senadores não querem abrir mão. /

O Congresso carimbou o seu passaporte para o passado e não para o futuro. Vai ficar para trás, porque o futuro é inevitável. A foto do plenário deixa à posteridade o testemunho histórico de quanto [4] terá sido dura a batalha para aprovar as reformas que os eleitores endossaram com o seu voto na sucessão presidencial.

O Brasil foi a última nação a abolir a escravatura e se envergonha dessa mancha. / Os novos reacionários gostariam de que fosse também o último a se aprontar institucionalmente para o século XXI. Mas a opinião pública se envergonha desta insistência. Depois do que se viu, não se pode esperar [5] que a reforma política se realize sem pressão direta da sociedade. Um Congresso que não se dispõe a restaurar a fidelidade partidária como começo da responsabilidade política não está atento aos riscos e comete imprudência / que pode custar caro.

Não subsiste democracia sem partidos políticos nem sobrevivem os partidos sem fidelidade partidária. A lealdade do eleito ao partido é sinal de respeito ao cidadão. Os eleitores não votam em nomes, [6] mas em candidatos registrados por uma legenda. São inseparáveis os candidatos e a legenda. Se não existem candidatos avulsos é porque há exigência legal do vínculo entre o candidato e o partido pelo qual se / apresenta. É o compromisso político. O direito de mudar de partido não pode ser, portanto, ato de desrespeito do eleitor. A liberdade de mudar de partido não envolve o mandato. Em caso de troca, deve [7] ser devolvido o mandato ao partido e, por extensão, aos eleitores.

Há pouco, o presidente Fernando Henrique Cardoso advertiu especificamente o PSDB para o risco de crescimento da bancada por essa via fácil da troca / de legenda sem compromisso político. Estando no poder, o PSDB exerce atração sobre os oportunistas que não têm escrúpulos nem prezam o conceito inerente ao mandato. Estão sempre dispostos a qualquer negócio de ocasião. Assim [8] como trocam de legenda sem dar satisfação aos que os elegeram, também se dispensam de comunicar à liderança a infidelidade que cometem com o seu voto.

Os oportunistas consideram-se cinicamente acima da ética política e / dos eleitores, segundo a velha fórmula “quem mandou confiar neles”? Só o restabelecimento da fidelidade partidária poderá evitar que o eleitor considere a Câmara e o Senado lojas de conveniência.

Partidos políticos crescem ou diminuem [9] mediante eleições periódicas, nas quais os eleitos se abastecem de legitimidade para decidir em nome dos eleitores. O mandato é um compromisso entre quem pede e quem dá o voto. O exercício do mandato, em / desacordo com o programa e o comando de um partido é ato de traição. Portanto, a troca de partido não é uma simples troca de endereço, mas uma opção política, que implica a renovação da...[10]

ÚLTIMO ATO

(3 min. de 95 p.p.m.)

rebelião	prisioneiros	destruição
<u>instalações</u>	penitenciário	<u>impressão</u>
episódio	autoridade	Secretário de Segurança (taq.)
Tribunal de Justiça (taq.)	reféns	humilhados
símbolos	fraqueza	registrou-se
Nicola Limongi	incompetente	exibicionista
Leonardo Pareja	rebelião	desafiador
elogiado	chorando	descontrolado
atendessem	reivindicações (taq.)	rebelados
<u>inversão</u>	seqüestrando	entregando
entregando-se	aconteceu	excelência
<u>atualidade</u>	torso	convocando
<u>entrevista</u>	coletiva	deboche
exibicionista	falência	penitenciário
goiano	cerveja	acabado
sistema		

Concluída a rebelião de prisioneiros de Goiás, com saldo de dois mortos e a destruição de parte das instalações do Centro Penitenciário, fica a impressão de que o grande perdedor do episódio é a autoridade pública. Secretário de Segurança, presidente do Tribunal de Justiça, diretor do / presídio, tomados como reféns, foram humilhados, como símbolos da Justiça que falhou em momento de extrema fraqueza.

Registrou-se o duelo verbal entre o diretor do presídio, Nicola Limongi, incompetente, demitido pela segunda vez, e o exibicionista Leonardo Pareja, líder da rebelião, em novo período de fama de [1] 15 minutos. Pareja, o desafiador das leis, foi até elogiado por Limongi, exatamente pela qualidade que faltou às autoridades: controle da situação. Já o diretor foi visto no muro do presídio, chorando, descontrolado, pedindo que as autoridades do lado de fora atendessem reivindicações dos rebelados do lado de / dentro.

Nesta inversão de valores está o nó da questão. Pareja, visto no ano passado seqüestrando menina de 13 anos e depois se entregando à polícia (entregando-se, e não sendo preso, como aconteceu agora pela segunda vez), é o marginal por excelência da atualidade. Jovem, bem falante, [2] espécie de “Lúcio Flávio do Cerrado”, posando para fotos com o torso nu, convocando imprensa para entrevista coletiva, deu o tom de todo o episódio. É um tom de deboche. É o homem que não tem medo de nada (ao contrário do coronel PM chorão), ousado, cínico, exibicionista / que se dá ao luxo de denunciar a falência do sistema penitenciário e das leis penais brasileiras.

Em plena fuga, fez o V da vitória, parou tranquilo num bar goiano, tomou cerveja. Mas vitória de quem? Ele é hoje o mais bem acabado produto de um sistema... **[3]**

DIAS DE FAROESTE

(5 min. de 90 p.p.m.)

faroeste	violência	contágio
segurança	delicado	prensada
ousadia	quadrilhas	<u>sobressalto</u>
pantanosos	conseqüência (taq.)	arquivo
tiroteios	pânico	desnecessárias (taq.)
confronto	policiais	<u>militares</u>
cadáver	<u>juntamente</u>	matagal
Via Dutra	traficante	esclareceu
suicidou-se	suicidado	saga
atribuída	<u>adotada</u>	nivelou
fluminense	destaque	Baixada
episódios	desfez-se	divisória
criminalidade	marginais	subjugar
utilizam	achacar	<u>seguramente</u>
desbancada	convenceu-se	estimulada
confronto	estratégia	contagante
<u>propriamente</u>	<u>dramático</u>	alteração (taq.)
gangorra	<u>gratificação</u>	bravura
<u>interpretaram</u>	confronto	Aristóteles
filosofia	burocratas (taq.)	<u>incutida</u>

Violência age por contágio. A segurança no Rio vive momento delicado, prensada entre a ousadia das quadrilhas que mantêm a população em sobressalto e a polícia que avança dia a dia no terreno pantanoso da violência. Não é outra a conseqüência das / *queimas de arquivo*, tiroteios e pânico nas ruas, assaltos com mortes desnecessárias, e sobretudo o aumento do índice de civis mortos em confronto com policiais militares: oito vezes no último ano.

O encontro do cadáver de uma jovem, juntamente com o da mãe, num matagal [1] na altura do km 178 da Via Dutra, liga-se ao caso de traficante encontrado morto na cela há um mês. Nem bem se esclareceu aquela morte – suicidou-se ou foi suicidado? – completa-se a saga de violência com sua mulher, numa suspeita de *queima de arquivo*. A / *queima* era outrora atribuída apenas a gangues. A técnica, ao ser adotada pela polícia, nivelou todos por baixo.

A crônica policial fluminense, com destaque para a Baixada, é cheia de episódios semelhantes. Desfez-se a linha divisória entre lei e criminalidade. Hoje é difícil saber se [2] os marginais se utilizam de métodos policiais para subjugar comunidades ou se são os policiais que se utilizam de métodos

policiais para subjugar comunidades ou se são os policiais que se utilizam de métodos criminais para achacar dinheiro de bandidos.

A PM paulista, que era considerada a mais violenta do Brasil e seguramente do mundo, foi desbancada pela PM / fluminense, na estatística. Convenceu-se a Rota paulista que deve ser estimulada a prender em vez de matar, porque segundo o secretário de Segurança paulista “não há pena de morte no Brasil”. Já a PM fluminense, sempre em crise de qualidade, passa por fase de estímulo [3] de confronto como estratégia de combate à violência. Sendo a violência contagiante, nunca se sabe onde começa o combate e onde termina a violência propriamente dita.

Em números percentuais, hoje, para cada grupo de 100 mil habitantes do Rio, a PM matou em média 3,65, / enquanto o índice paulistano foi de 2,68. Seria apenas sério, se não fosse altamente dramático, considerando a fama da polícia militar paulista. A alteração da gangorra – a subida aqui, enquanto se dá a descida lá – ocorreu exatamente a partir do dia em que o governador [4] fluminense baixou o decreto 21.753 que concede gratificação a policiais que praticam atos de bravura.

A maneira como os policiais fluminenses interpretaram a lei lembra o faroeste dos velhos tempos – época em que não havia lei. É como disse o secretário fluminense de Segurança: / “Já fomos criticados por causa disso, mas o policial tem de dar o primeiro tiro. Depois confere.” *A filosofia do confronto* (Aristóteles se revira no túmulo sempre que a palavra filosofia é usada por burocratas) é incutida diariamente na cabeça de cada policial militar no Rio. [5]

MOMENTO DECISIVO

(9 min. de 70 p.p.m.)

Antes de começar o ditado, treinar MUITAS VEZES cada palavra da lista abaixo. Procurar fazer sempre os sinais taquigráficos COM PERFEIÇÃO, observando a proporção e a geometria. Treinar, em seguida, VÁRIAS VEZES pela gravação.

decisivo	futebol	costumam	comedidos
dialética	natureza	louros	celebrada
confusão	liberação	combustíveis	quadruplicar
repique	estatístico (taq.)	perfeitamente	assimilável
cartelizadora	arejadas	concorrência	deparar-se
resistência	efetivamente	esgotamento	fôlego
estabilização	enfadonho	duradoura	equilíbrio
ortodoxia	pressuposto	atuação	fiscal
sociedade (taq.)	heróica	poupança	desorganizando
resistência	estruturais	equilíbrio	inconformismo
provedor	gerenciador	ruiu	soviético
ativismo	nostálgico	vocalizado	entrando
corajosas	Fernando Henrique	marcando	claramente
atuação	sustentação	utópico	ativismo
perversa	fracassado	estatizante	reação
incrustado	estamentos	aceitação	privatização
eficiência	gestão	incapacidade	empresário
regulador	exclusivo	conivência	corporativismo
expedientes	execução	fisiologismo	explicam
conseqüência	modernizadoras	vantagens	inaceitáveis
contribuinte	procuradores (taq.)	escudam	dispositivos
caducos	privilégios	adquirido	fiscais
recuperação	suficientes	mistificação	elites
empresariais	faixa	déficits	concentração
vangloriam	posteridade	escondendo	contribuinte
modernizadoras	mudariam	safrá	estabilização
objetivas	combinar	crescimento	perdoará
jogarem	sombra	ameaça	obstáculo
propostas	balizam	modernização	hábitos
perversão	igualdade	privilégios	

Futebol é momento, costumam dizer os técnicos de clube. Economia, também, embora os economistas sejam mais comedidos. Dialética por natureza, a economia não permite viver dos louros do passado. A menor taxa

mensal de / inflação desde 1958 (0,23% em São Paulo, em março) nem chegou a ser celebrada pelo governo. A confusão em torno da liberação-aumento dos combustíveis deve quadruplicar a taxa em abril.

Mais do que [1] esse repique estatístico – perfeitamente assimilável se a vocação inflacionária e cartelizadora das áreas ainda não arejadas pela concorrência deparar-se com a heróica resistência do consumidor – preocupam efetivamente ao governo os sinais de esgotamento do / fôlego monetário-cambial para garantir a estabilização da economia.

Chega a ser enfadonho repisar que a única garantia duradoura de estabilização da economia vem da área fiscal. O equilíbrio fiscal não é fixação da ortodoxia [2] econômica. É o pressuposto da definição dos campos de atuação do Estado e do setor privado nas economias de mercado. Fiscal por excelência da sociedade, o Congresso vigia a execução orçamentária para evitar que o / Estado avance sobre a poupança privada, desorganizando a economia.

No Brasil, a resistência política à adoção de medidas institucionais e estruturais destinadas a promover o equilíbrio fiscal revela o inconformismo com a derrota do sonho [3] do Estado provedor e gerenciador. A economia de planejamento central não foi capaz de atender às demandas das sociedades do Leste Europeu e ruiu com o Estado soviético.

É exatamente esse ativismo político nostálgico, ainda / vocalizado no Congresso, que está entravando a tomada de medidas corajosas por parte do governo Fernando Henrique para redefinir o quanto antes o Estado brasileiro, marcando claramente o campo de suas responsabilidades sociais e a [4] área de atuação do setor privado.

Mais que a sustentação de um sonho utópico, o ativismo político está hoje apenas defendendo a face mais perversa do fracassado modelo estatizante de desenvolvimento brasileiro. O corporativismo egoísta, / incrustado nos estamentos estatais, sofreu duro golpe com a aceitação plena da privatização pela sociedade. O aumento da eficiência das empresas sob gestão privada provou a incapacidade do Estado como empresário e regulador exclusivo das [5] atividades econômicas.

Resiste, porém, com a forte conivência dos políticos, o corporativismo do funcionalismo público, que recorre a toda a sorte de expedientes para manter cargos e privilégios. Os longos anos de fisiologismo explicam mas / não justificam a reação dos congressistas a dar conseqüência às reformas modernizadoras da Constituição que eliminam vantagens inaceitáveis para o contribuinte que paga tudo. E o que dizer do sentido ético dos procuradores e juízes [6] que se escudam em leis e dispositivos caducos diante da realidade fiscal e financeira do país para sustentar privilégios como fatos de direito adquirido?

Apenas 21 meses de estabilização e de recuperação do poder de / compra foram suficientes para provar à sociedade que não passava de mistificação a tese das elites empresariais (adotada por larga faixa dos políticos) de que um pouco

de inflação – e de déficits fiscais – ajudava a [7] desenvolver o Brasil, gerando maior concentração de renda.

Os políticos e administradores que se vangloriam das obras que acreditam deixar para a posteridade, mas escondendo déficits e dívidas que ficam para o contribuinte pagar, relutam / em adotar as medidas modernizadoras que mudariam a natureza do discurso político no Brasil. A opinião pública torce para que a atual safra de economistas responsável pelo mais bem-sucedido plano de estabilização nos últimos [8] 30 anos continue com condições objetivas para combinar inflação baixa com crescimento. E não perdoará os que jogarem fora essa conquista.

Sombra do Passado

O passado estende sobre a nação a sombra de um atraso / que ameaça se constituir no grande obstáculo político às reformas propostas pelo governo. À medida que as reformas balizam a modernização brasileira, os hábitos nascidos de uma perversão democrática – a igualdade burocrática diante de privilégios...[9]

LAÇOS FRATERNOS

(4 min. de 95 p.p.m.)

laços	fraternos	fronteira
reuniões	multilaterais	América Latina (taq.)
expectativas	aproximação (taq.)	integração
simplificação	complicações	burocráticas (taq.)
energéticas	ambientais	hidrovias
florestas	ambiente	Mercosul
mineração	referência (taq.)	currículos
escolares	castelhano	Argentina (taq.)
significado (taq.)	cooperação	utilização
Alcântara	satélites	estritamento
prejudicado	iniciativas	inoportunas
extemporânea	atropelando	postulação
parceiros	atrapalhar	integração
ilusões	comparadas	desastrado
combustíveis	trimestre	pessimistas
plantão	focalizam	confiança
obstáculos	infelizmente	inexistem
impossível	reconhecer (taq.)	gerados

Embora tenha se encontrado várias vezes com o presidente argentino Carlos Menem, em cidades da fronteira e em reuniões multilaterais, Fernando Henrique Cardoso inicia hoje sua primeira visita de Estado ao principal parceiro do Brasil na América Latina.

Como diz o embaixador brasileiro em Buenos Aires, / Marcos Azambuja, vivem Brasil e Argentina “o melhor momento de uma longa história”. São grandes as expectativas de maior aproximação física pela integração dos sistemas viários, simplificação de complicações burocráticas, integração energética e acordos ambientais, pela adoção de normas comuns para as hidrovias, florestas, parques nacionais e [1] ambiente marinho.

Convém destacar a importante extensão do comércio bilateral entre as principais economias do Mercosul que hoje chega a US\$10 bilhões. Estão em estudo projetos comuns em agricultura, comércio, mineração e transporte. Na fórmula do presidente brasileiro, a fronteira deixou de ser uma barreira para ser uma / simples referência entre os dois países. O Brasil pensa em incluir novamente nos currículos escolares o castelhano e a Argentina, o português.

Tem enorme significado a crescente cooperação entre as Forças Armadas dos dois países, tanto por operações conjuntas entre os dois exércitos e as duas

marinhas, [2] quanto por um acordo que permitirá a utilização pelos argentinos da base de Alcântara que reduzirá em muito o custo do lançamento de satélites.

É necessário, porém, que todo esse estreitamento político e econômico não seja prejudicado por iniciativas inoportunas, como a proposta extemporânea da Argentina de sediar / os Jogos Olímpicos de 2004, como que atropelando antiga postulação brasileira.

De países rivais, Brasil e Argentina se tornaram parceiros e hoje são aliados e amigos. Nada deverá atrapalhar essa integração.

Adeus às Ilusões

As vendas no comércio paulista cresceram 12,6% em março, comparadas com o mês [3] anterior, e a taxa de inflação medida pela Fipe quase foi a zero (não contando com o efeito desastrado do aumento dos combustíveis), mas o Produto Interno Bruto brasileiro caiu 1,9% no primeiro trimestre. Com o que ficamos? Com os pessimistas de plantão que focalizam a queda no / PIB ou com um crédito de confiança no Brasil, nos brasileiros e na capacidade do sistema democrático para superar os obstáculos aos ajustes do Plano Real?

Infelizmente inexitem respostas fáceis a essas perguntas, já que é impossível reconhecer os imensos problemas sociais gerados pela queda no PIB...[4]

EMPRESÁRIO COBRA AÇÃO PRÓ-REFORMA

(5 min. de 90 p.p.m.)

empresá <u>rio</u>	consolidar	empresariado
notad <u>amente</u>	constitucionais (taq.)	avizinha
confortá <u>vel</u>	inadministrá <u>vel</u>	regulamentações (taq.)
altera <u>ções</u>	avalia <u>ção</u>	esgota-se
campanha eleitoral (taq.)	largada	liquidada
contaminado	antecipado	articula-se
ofensiva	conversas	audiência
concentrar	mensagem (taq.)	resumida
organizad <u>ores</u>	articula <u>ção</u>	unificada
inexistência	incenti <u>vo</u>	avalia <u>ções</u>
nefastas	irritado	particular (taq.)
desconforto	ministro do Trabalho (taq.)	patronato
assegurar	almoço	Confederação (taq.)
opinassem	divergências	

Começa a se consolidar entre o empresariado, notadamente o de São Paulo, a certeza de que as reformas constitucionais correm sério risco de ser atropeladas pela eleição municipal. O problema é que, segundo os empresários, sem as reformas o futuro / não se avizinha confortável. Ou por outra, acham que o país ficará inadministrável dentro de um ou dois anos.

A questão é que já estamos em abril e ainda faltam, além das regulamentações das reformas da área econômica, ser votadas as três alterações mais complicadas, [1] que dizem respeito ao sistema tributário, à Previdência e à organização administrativa da União, estados e municípios.

A despeito do desejo do governo de votar, pois é ele o primeiro interessado nas reformas, a avaliação do empresariado é a de que o prazo máximo esgota-se / em junho, quando se inicia a campanha eleitoral. Uma vez dada a largada da eleição, se a fatura das reformas não estiver liquidada, até lá não haverá quem garanta mais nada.

E o nó, na visão dos empresários, está no Congresso, que iniciou o ano [2] contaminado pelo debate antecipado da eleição. Por causa disso, articula-se a partir de São Paulo, na Fiesp, uma verdadeira marcha empresarial sobre Brasília no mês de maio.

A idéia é organizar um grupo com mais de mil empresários que fariam uma ofensiva de conversas e / apelos no Congresso. Eles irão também ao Executivo – talvez peçam uma audiência ao próprio presidente –, mas pretendem se concentrar em quem está diretamente responsável pelas votações.

Aos presidentes da Câmara e do Senado e líderes partidários serão apresentadas as razões objetivas dessa pressa e a [3] mensagem a ser passada pode ser resumida numa frase; menos eleição e mais reformas.

Os organizadores asseguram que a pressão não traz consigo nenhuma articulação conjunta com o Palácio do Planalto. Até porque não vigora ali uma posição unificada de apoio ao governo. Ao contrário. / Os juros altos e a inexistência de uma política de incentivo à produção provocam nesses setores avaliações nefastas a respeito do futuro.

Como se não bastasse, o empresariado – e aí a coisa se estende muito além da Avenida Paulista – está bastante irritado com a condução [4] que tem sido dada às pretendidas alterações na legislação trabalhista. Causou particular desconforto a atitude do ministro do Trabalho, Paulo Paiva, que depois de discutir o assunto longamente com os sindicatos foi procurar o patronato somente dois dias antes de enviar a proposta ao Congresso. /

Isso depois de o ministro assegurar em almoço na Confederação Nacional das Indústrias, que nada seria remetido ao Parlamento sem que antes os empresários opinassem. O acerto não foi cumprido e, como no conteúdo do que o governo preparou também há divergências, se o Planalto...[5]

PARQUE DOS DINOSSAUROS

(10 min. de 70 p.p.m.)

dinossauros	economista (taq.)	despolitizar
infelizmente	sobreviver	presenciamos
minirreforma	ministerial (taq.)	surgimento
obstáculos	discordar	personalizar
considerar	identificar	privados
enormes	lentidão	estruturais
escorado	revendo-se	pronunciamentos
pressuposição	dependendo	tributária
patrimonial	esbarrou	exportações
industriais	agricultores (taq.)	benefícios
redistribuição	encargos	fracassou
sem dúvida (taq.)	reorganizar (taq.)	espetáculo
estabilidade	inimiga	estratégia
comprometimento	sacrifícios	austeridade
desgaste	comprometimento	reformas
objetivo	corporativas	inflacionárias (taq.)
comunicações (taq.)	referindo-se	consciência

Quer se queira, quer não, o economista Paulo Guedes está certo ao defender (em entrevista ao JORNAL DO BRASIL), a necessidade de “despolitizar a moeda”. Infelizmente, nenhuma política monetária pode sobreviver num / vácuo político. O que presenciamos nos últimos dias – e fica ainda mais evidente com a minirreforma ministerial – é, se não o surgimento de um vácuo, pelo menos de uma brecha ou mesmo de uma série [1] de obstáculos no caminho do Plano Real.

Pode-se discordar do economista ao personalizar os obstáculos. Talvez não seja relevante considerar se o ministro José Serra fez, ou não fez, o dever de casa que lhe / cabe como responsável pelo Orçamento. Mais importante é identificar que motivos levaram o governo aos impasses que se traduzem em aumento do déficit público, quebra de bancos estaduais e privados e enormes dificuldades para um [2] acerto de contas com estados e municípios. Para não falar na lentidão das reformas estruturais pendentes no Congresso.

Tal como se encontra hoje, o Real continua escorado numa âncora cambial, uma taxa de juros real / elevada e uma política monetária altamente condicionada pela pressão dos ingressos de recursos externos. Nada foi omitido à sociedade brasileira. Revendo-se os pronunciamentos dos responsáveis pelo Plano – e aí se incluem os ministros Pedro Malan [3] e José Serra – vai-se verificar que tudo se fez na pressuposição de que a âncora cambial dependia (e continua dependendo) de uma reforma fiscal, uma reforma tributária e uma reforma patrimonial.

Ora, a reforma tributária / esbarrou nos interesses dos Estados, que não querem abrir mão de receita do ICMS nem mesmo para estimular as exportações de que dependem seus industriais e agricultores. Não querem, tampouco, abrir mão de poder, nem [4] de benefícios constitucionais na redistribuição de receitas e encargos com a União. Quem fracassou na costura de um acordo com os Estados? Basta lembrar que os maiores e mais ricos são governados pelo partido do / Presidente, o PSDB, para verificar que o vácuo é político. Se esse vácuo representa – como disse o economista Paulo Guedes – o “inverno russo” que irá resultar no desgaste dos responsáveis pelo câmbio e o Caixa [5] do Tesouro, é outra história.

O presidente da República sem dúvida tem hoje pela frente a imensa tarefa de reorganizar suas linhas de contato e comando interno e externo para que não se produza um / espetáculo em torno de pessoas. Caem uns, sobem outros. O relevante para o Brasil é aproveitar o que resta – e resta muito – da estabilidade conseguida pelo Real, no seu segundo ano de vida, para impedir [6] a volta da inflação. Esta, sim, é a inimiga comum de todos os brasileiros.

A confiança na estratégia do governo para combater a inflação passa pelo comprometimento de toda a equipe dirigente pois implica sacrifícios / e austeridade. É preciso que todos venham para a linha de frente – e aí se incluem José Serra, Pedro Malan, Sérgio Motta, governadores, prefeitos e políticos de primeira linha do PSDB. Todos devem compreender que [7] a saúde do sistema econômico e financeiro não será um prato feito e gratuito. Ela implica desgaste em ano de eleições municipais, tanto quanto um complexo comprometimento do Ministério do Planejamento e da Fazenda em / torno de metas comuns.

Implica também revisão das relações com o Congresso para que reformas vitais para a formação de poupança a longo prazo, como a da Previdência, e outras que abrem espaço ao capital [8] privado – como em energia, óleo e gás – não se transformem em pálidas sombras do que foi inscrito no programa de governo consagrado nas urnas. O que a história nos dirá é quem se dispôs a / pagar esse preço, e quem esperou pelo inverno ou pelo verão do oportunismo político emano de eleição municipal, com o objetivo de vencer, não importa se ao preço de manter vivas as esperanças corporativas [9] e inflacionárias dos imensos parques dos dinossauros brasileiros.

Nada de Novo

O ministro das Comunicações, Sérgio Motta, disse há dias em São Paulo, referindo-se aos juros cobrados na economia brasileira, que há “consciência coletiva de / que esse é um problema”. De fato, há. Quase dois anos depois de lançado o Plano Real, os juros no Brasil continuam os mais altos do mundo.

Nada há de novo na questão dos juros,...[10]

A CRISE DO CONGRESSO

(9 min. e meio + 23 palavras de 80 p.p.m.)

articulistas	observadores	políticos (taq.)	Congresso (taq.)
credibilidade	descrédito	instituição (taq.)	opinião pública (taq.)
funcionamento	legitimidade	Banco Central (taq.)	notório
convivência	bancos (taq.)	provocando	indignação
descrença	democráticas (taq.)	submetidas	dissipar
no que se refere (taq.)	prestação	serviços públicos (taq.)	conseguiram
perceptíveis	relacionada	capacidade	particular (taq.)
processo (taq.)	ilustrativo	lideranças	parlamentares (taq.)
obrigaram-se	reboque	incapazes	alternativas
homologatório	praticamente	marginalizado	negociações
partidos	fragmentados	divididos (taq.)	estratégias
capacidade	diretamente	assinatura	metalúrgicos
São Paulo (taq.)	legislativo (taq.)	equivocadas	aprofundam
barbarismo	contingências	inoperância	fiscalização
anacrônica	atualizá-la	reformulando	mecanismos
exercendo	vigilância	funcionamento	independente (taq.)
mostra-se	instituí-lo (taq.)	instituições (taq.)	reformuladas
públicos (taq.)	instância	redefinir	promovendo
anacronismo	privilégios	sine qua non	arraigados
corporativos	efetivação	instituto (taq.)	Congressistas (taq.)
manutenção	extinção	privilegiada	aposentadoria (taq.)
paralisado	incapacidade	solucionar	Judiciário (taq.)
Executivo (taq.)	agravar	instituídos (taq.)	incapacidade
esgarçamento	individualismo	selvagem	proporcionam
problemas (taq.)	impressionante	Alberto	Fujimori
trafegou	corretivas	empresários	provavelmente
realizar (taq.)	particulares (taq.)	antiestatistas	neoconservadorismo
embalando	prerrogativas	semiditatoriais	reeleição
democracia (taq.)	alimentadoras	descrédito	deputado (taq.)
federal (taq.)			

José Genoíno

Talvez poucos articulistas e observadores políticos tenham se dado conta, mas o fato é que o Congresso vive uma crise de credibilidade. O descrédito da instituição junto à opinião pública, captado pelas pesquisas, é / um sintoma de que algo está errado no seu funcionamento. O mais grave de tudo é que a crise de legitimidade começa a se alargar sobre outras instituições. O caso do Banco Central é notório: a sua omissão e a [1] sua convivência com as fraudes dos bancos estão provocando indignação e descrença na população. O cidadão comum começa a perceber que quando as instituições democráticas são

submetidas a provas de fogo, falham. O próprio impacto da novidade do Governo Fernando / Henrique começa a se dissipar e muitos começam a perceber que, no que se refere ao funcionamento das instituições do Estado e à prestação de serviços públicos, nada mudou. As reformas, até agora, também não conseguiram produzir melhorias perceptíveis.

A [2] crise do Congresso está relacionada com a perda de capacidade de iniciativa. Neste particular, o processo das reformas é ilustrativo: os partidos e as lideranças parlamentares governistas abrigaram-se no largo guarda-chuva do Governo e ficaram a reboque de suas / propostas. Nós, da oposição, fomos incapazes de gerar alternativas a partir da nossa atuação parlamentar. Com esta situação, a opinião pública passou a ver o Congresso ou como um órgão meramente homologatório ou como um estorvo. A omissão chegou a [3] tal ponto que na reforma da Previdência o Congresso foi praticamente marginalizado nas negociações entre Governo e centrais sindicais. A crise, na verdade, expressa a deterioração dos partidos políticos que, fragmentados e divididos, não conseguem formular projetos e estratégias.

A / perda da capacidade de iniciativa do Congresso se reflete também em outros pontos que atingem diretamente a sociedade. O episódio recente da assinatura do contrato de trabalho temporário entre o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e algumas empresas, ao [4] arrepio da lei, revela que o Congresso perdeu a capacidade de acompanhar, no âmbito legislativo, as necessidades de mudanças sociais. Com isso, abre-se caminho para que soluções equivocadas, que aprofundam o barbarismo social, se imponham por conta das contingências. A / inoperância da fiscalização do Banco Central sobre os bancos também traz reflexos negativos ao Congresso. Se a atual estrutura do BC se mostra anacrônica e ineficaz, cabe ao Congresso atualizá-la, reformulando seus mecanismos de fiscalização e exercendo uma vigilância mais [5] severa sobre o seu funcionamento. A necessidade de um Banco Central independente já está por demais evidenciadas, mas o Congresso mostra-se incapaz de instituí-lo.

Grande parte das instituições e das funções do Estado que precisam ser reformuladas para atender os / seus objetivos públicos não estão sendo atingidas pelo atual processo de reformas. Em última instância, é tarefa do Congresso redefinir o papel do Estado, promovendo uma limpeza no anacronismo e nos privilégios. Mas a questão de fundo é que a [6] condição *sine qua non* para que isto ocorra é a realização de uma reforma profunda no próprio Congresso. Vícios arraigados, interesses corporativos e privilégios instituídos impedem a efetivação da auto-reforma.

O caso do Instituto da Previdência dos Congressistas (IPC) / é emblemático nesse sentido. A discussão em torno da manutenção ou da extinção da privilegiada aposentadoria especial dos parlamentares sobrepôs-se ao debate e à busca de soluções de outras questões mais relevantes para a sociedade. Com isto, o Congresso fica [7] paralisado diante da incapacidade de solucionar os seus próprios impasses. Se a crise do IPC não for resolvida com

um corte radical de todos os privilégios instituídos da corporação política, não só do Legislativo mas também do Judiciário e do / Executivo, a crise de legitimidade das instituições democráticas tende a se agravar.

Privilégios instituídos e incapacidade operante do Estado, somados a uma crise social violenta, com o esgarçamento das relações e o reforço do individualismo selvagem, proporcionam espaços para que [8] se especule sobre a adoção de medidas de força para a solução dos problemas. É impressionante como o presidente do Peru, Alberto Fujimori, trafegou livremente pelo país pregando medidas corretivas ao Legislativo e ao Judiciário. Chegou a arrancar elogios de / empresários paulistas, provavelmente os mesmos que se servem do Estado para realizar os seus interesses particulares e se tornam antiestatistas quando se trata de buscar soluções para os interesses da população. Diga-se de passagem que o neoconservadorismo político ainda, em [9] vários países, embalando sonhos de um Executivo forte com prerrogativas semiditatoriais, a exemplo das que permitiram a reeleição de Fujimori. Para barrar este caminho, a democracia tem que se fazer eficaz na solução dos problemas e o Congresso e as / demais instituições democráticas têm que parar de ser usinas alimentadoras do descrédito do sistema democrático.

JOSÉ GENOÍNO é *deputado federal* pelo PT-SP.

‘DURA LEX’

(2 min. de 100 p.p.m.)

Nílton	Cerqueira	vigor
seqüestraram	traficante	extorquir
condenação	transgressor	esbarrando
arrastado	impunidade	poeira
marginal	distintivo	desculpado
lógica (taq.)	perversa	mecânica
severamente	afastado	dignidade
reaproveitá-lo	tarefas	demonstrou (taq.)
competências	raciocínio	reincorporar
policiais	propinas	bicheiro
Andrade	decisivo	mudarem
criando	estatuto	específico
expulsão	sumária	continuará
refém	corporativismo	fardado
negaça	processual (taq.)	imoralidade
servindo	pretexto	criminosa
complementação	mineiras	extorsão
praticada	fundamental (taq.)	desviantes

Tem razão o secretário de Segurança, general Nílton Cerqueira, ao dizer que os policiais que seqüestraram o traficante Tírrê, para depois extorquir R\$ 30 mil, são piores que os bandidos. Pena que, com as leis em vigor, se fique na condenação moral. Punir esse tipo de transgressor acaba esbarrando / no arrastado inquérito administrativo, o pai de todas as impunidades. Baixada a poeira, o marginal de distintivo acaba sempre sendo “desculpado” por seus pares.

E até que há lógica nessa perversa mecânica. Se não se consegue punir severamente o “afastado”, que continua a receber seus proventos no “ócio sem dignidade”, [1] por que não reaproveitá-lo em tarefas nas quais demonstrou competências antes? Com este raciocínio quer-se reincorporar policiais da lista de propinas do bicheiro Castor de Andrade.

Este é o fato decisivo: enquanto não se mudarem as leis, criando um estatuto específico que regule a expulsão sumária e um processo judicial / isento para os maus elementos nas polícias, a sociedade continuará refém do corporativismo fardado e da negaça processual. Se o salário de policiais é uma imoralidade, servindo até de pretexto para a criminosa “complementação” das *mineiras* (extorsão praticada pela polícia), é também fundamental que se assegure aos desviantes castigo certo...[2]

O REMÉDIO DO TRÂNSITO

(5 min. de 95 p.p.m.)

remédio	trânsito	ultimamente
abalando	proverbial	reclamam
palpites	apontando	natureza
afirmação	acaciana	ressaltar
coletivo	linhas	transportes (taq.)
evidenciou	funcionalidade	urbanos
diferente (taq.)	contarmos	solidário
integrado	duradoura	desejáveis
defensáveis	metropolitana (taq.)	topografia
urbanização	restringem	sobremaneira
expansão	instrumentos	engenharia (taq.)
policimento	sinalização	habilitação
existente	viagens	convenientemente
propriamente	devidamente	individual
integração	tarifária	acessível
eficiente	melhoria	padrão
passarão	engarrafam	automóveis
estorvando	prejudicando	prisioneiros
engarrafamento	tangenciam	tarefa
estruturção	atingirmos	conseqüente
oferecermos	reclamada	

Francisco Pinto

Ultimamente, o problema do trânsito no Rio de Janeiro está abalando o proverbial bom humor do carioca. Todos reclamam, muitos dão palpites apontando soluções. Em que pese a boa intenção da maioria, ao que tudo indica, poucos compreendem a verdadeira natureza do / problema. Assim, mesmo correndo o risco de a afirmação parecer “acaciana”, cabe ressaltar que o melhor (se não o único) remédio para o engarrafamento de trânsito é o transporte coletivo de boa qualidade.

O que seria de Paris não fossem as centenas de quilômetros de linhas de [1] metrô que possui? A recente greve que paralisou completamente os transportes públicos na capital francesa evidenciou a importância do sistema coletivo para a funcionalidade e a qualidade de vida na capital francesa. Tal importância se faz igualmente notar em outros grandes centros urbanos do Primeiro Mundo. Aqui não / poderia ser diferente. Enquanto não contarmos com um sistema de transportes coletivos solidário e integrado, não haverá solução duradoura para os nossos graves problemas de trânsito.

Algumas obras viárias são desejáveis e defensáveis. Outras nem tanto. Além do que, nas áreas mais críticas (em termos de trânsito) [2] da Região Metropolitana, a topografia e a urbanização restringem sobremaneira a expansão do espaço viário. Por seu turno, instrumentos tais como engenharia de tráfego, policiamento de trânsito, sinalização, educação, habilitação e penalização são fatores importantes e necessários. Mas não bastam para a solução dos nossos problemas.

Uma demanda por / transportes das dimensões da existente no chamado Grande Rio, de mais de 13 milhões de viagens por dia, só poderá ser convenientemente atendida por uma rede estrutural poderosa, composta pelos meios de transporte de massa propriamente ditos – metrô, trens urbanos e barcas –, devidamente alimentada pelas linhas de [3] ônibus e pelo transporte individual.

Somente a integração física e tarifária desses diversos modais tornará nosso sistema de transporte mais racional, acessível e eficiente. A partir da melhoria do padrão de serviços ofertados ao usuário, os transportes coletivos passarão a ser também uma boa opção para aqueles que / hoje engarrafam as ruas com seus automóveis, estorvando a si mesmo e, pior, prejudicando os que viajam de ônibus, prisioneiros do mesmo engarrafamento. Em Paris, Londres e Nova Iorque, a classe média, e até mesmo os ricos, utilizam os transportes coletivos. Isto também poderá acontecer no Rio [4] de Janeiro (como aliás já ocorreu em larga escala no passado), desde que se criem condições para tanto.

É justamente nesse sentido que se orienta a política de transportes urbanos do governo Marcello Alencar. Ao invés de ações tópicas (e por isso mesmo fáceis de serem adotadas), que / apenas tangenciam o problema, o governo do estado optou pela árdua tarefa da estruturação de um sistema de transporte de massa de maior capacidade, único meio de atingirmos, de forma conseqüente, o cerne de problema e oferecermos à população a solução há tanto reclamada.

Assim, a Secretaria...[5]

FACHO LUMINOSO

(3 min. de 100 p.p.m.)

luminoso	decisão	leilão
privatização	derrotanto	impugnações
corporativismo	eletricidade	encarada
pessimismo	abalando	credibilidade
lentidão	programa	apresentação (taq.)
fiscal	previdenciária	tributária
complexa	sinalizar	indicaria
encolhimento	empresarial	antecessores
delicado	atividades	barrados
licitações	concessões	permitiram
começassem	recuperadas	exploração
particular (taq.)	trilhos	desestatização
ferroviária (taq.)	acelerar	unificação
capacidade	tecnológica (taq.)	julgam
Alemanha	equiparar	ressalte-se

A decisão do governo de manter o leilão de privatização da Light, derrotando na Justiça as impugnações levantadas pelo corporativismo contra a venda da companhia de eletricidade, pode ser encarada nos meios econômicos como o primeiro contra-ataque oficial à onda de pessimismo que vinha abalando a credibilidade / do Plano Real.

A lentidão no avanço do programa da privatização tem sido um dos pontos centrais das críticas contra a demora na apresentação de resultados concretos no campo fiscal. Já que as reformas administrativa, previdenciária e tributária exigem complexa negociação política, que retarda o aparecimento de resultados, o governo [1] deveria sinalizar mais firmeza na privatização. Ela indicaria claramente o encolhimento do Estado e a preferência pela iniciativa privada na área empresarial.

O presidente Fernando Henrique vendeu menos empresas estatais que seus antecessores. É certo, porém, que a privatização entrou em seu governo pelo delicado terreno dos serviços públicos. A / complexa legislação que regula tais atividades pede importantes mudanças legislativas, que fogem à competência exclusiva do Executivo e dá margem a recursos sobre recursos que precisam ser barrados na Justiça.

As leis de licitações e de concessões de serviços públicos aprovadas pelo Congresso permitiram que as estradas federais (e também [2] as estaduais) começassem a ser recuperadas sob exploração particular. Foi também graças a

elas que o governo pôs nos trilhos a primeira desestatização da malha ferroviária federal. Mas ainda há muito por fazer.

Um exemplo da importância de se acelerar a privatização na área de infra-estrutura está sendo oferecido / pela rica e poderosa Alemanha. Seis anos após a unificação, apesar da capacidade tecnológica e financeira do país, as autoridades alemãs julgam necessários mais dez anos para que a infra-estrutura de transportes, telecomunicações e energia da ex-Alemanha comunista possa se equiparar à parte ocidental.

Ressalte-se que a Alemanha...[3]

LEIS NOVAS

(5 min. de 95 p.p.m.)

sociedade (taq.)	produzida	cumulativa
descumprimento	impunidade	decadência
degradação	diuturna	progressiva
desmoralização	transgressões	cinismos
substância	credibilidade	diluem
descrença	abulia	determinado
sucedem	parcelas	desajuste
assegurado	poder público (taq.)	engenharia (taq.)
bloquear	artéria	escalada
pedradas	ideológica	incêndio
paralisação	estratégicos	patrimônio
invasão	domicílios	violência
contágio	delicado	prensada
ousadia	quadrilhas	sobressalto
pantanoso	desabrida	seqüestros
formalismo	disfarçar	incômodo
hospitais	lugares	remédios
morrerem	impunemente	xilindró
delegados	enriquecem	descumprindo
obrigação	autuar	indiciar
perversa	entranhada	explicitada
brincadeira	renovadas	situações

Uma sociedade sem leis é produzida ao longo do tempo pela ação cumulativa do descumprimento da lei e da impunidade, da gradual decadência dos costumes e da degradação diuturna do espaço público, da violação constante da consciência cívica e da progressiva desmoralização da autoridade. Ao termo / de uma escalada de transgressões, abusos, cinismos, as leis perdem substância e credibilidade, e se diluem na descrença e na abulia.

Se em determinado bairro, por exemplo, *pegas* de carros se sucedem no mesmo dia e hora, fazendo mortos e feridos, sem que a polícia tome conhecimento, [1] significa que parcelas urbanas foram entregues a irresponsáveis que praticam um crime coletivo, gerado no desajuste social mas assegurado pela omissão do poder público. Nesse caso, a maior vítima é a lei.

Se funcionários da Companhia de Engenharia do Tráfego (CET-Rio) ou de algum sindicato decidem bloquear / a principal artéria da cidade para exigir aumento salarial e as autoridades públicas nada fazem, estamos diante de outro sinal de que as leis não foram feitas para serem cumpridas.

A escalada prossegue, então, com pedradas nos políticos de determinada corrente ideológica, com o incêndio dos ônibus [2] em greve, com a paralisação

de usinas siderúrgicas e nucleares, a invasão das propriedades privadas e dos ministérios estratégicos. O patrimônio público acaba virando terra de ninguém e a lei se torna a chacota de todos. Só falta agora a invasão de domicílios privados.

A violência se propaga / por contágio. A segurança no Rio vive momento delicado, prensada entre a ousadia das quadrilhas que mantêm a população em sobressalto e a polícia que avança no terreno pantanoso da violência desabrida. O que significa a lei num país em que a divisão anti-sequestro era uma [3] central de seqüestros até pouco tempo atrás?

Terra do formalismo e das “leis que não pegam”, o Brasil é também a pátria do faz-de-conta, que procura disfarçar o fato incômodo de que nem sempre existe aquilo que finge ter. Ou seja, hospitais não faltam, mas não / são bem hospitais esses lugares sem leitos nem remédios, onde mulheres dão à luz em pias e médicos em greve deixam pessoas morrerem impunemente.

O que vale a lei no país em que xilindró de bicheiro é pensão cinco estrelas? Em que policiais complementam seus salários fazendo [4] *mineiras* nas horas livres? Em que delegados moram em apartamentos de um milhão de dólares? Em que fiscais enriquecem descumprindo a obrigação de autuar e indiciar? O que vale o poder público num país assim?

O Brasil está carente de uma nova legislação que possa acabar com a / perversa noção, entranhada mas nunca explicitada, de que a lei é de brincadeira e o crime compensa. O Brasil não pode continuar com um Código Civil de 1916 e um Código Penal de 1940. Precisa de autoridades renovadas, de leis novas em resposta a situações novas. [5]



JOGO INTRANSIGENTE

(9 min. de 80 p.p.m.)

intransigente	líderes	propuseram
inaceitável	lavradores	acampamentos
sustentados	deram-lhe	aprovar
acelerem	exatamente	negociação
recusaram-se	invasões	aceleram
desapropriações	exageraram	mobilize
urgente	urgentíssima	negociar
aprovação (taq.)	fundamentais (taq.)	pressão
empenhar-se	desapropriar	provisória
constitucional (taq.)	messiânicos	exigências
trâmites	julgam-se	transgressões
sufrágio	provisória	participar
fundiária	classificado	fajuto
renúncia	Almir	Gabriel
Nelson	Jobim	ultimato
trégua	exigências	matéria
almeçadas	autoritária	centralizadora
discricionária	mandatário	tribunais (taq.)
selvagemente	inadimplentes	indenizá-los
iniquamente	invasões	cláusulas
unilaterais	inspiradas	alternativo
chegaram	acordo	trânsito
começou	enviar	infratores
segurança	estacionamento	calçadas
cobrança	simplesmente	arrecadação
didático	infratores	infração
didática	esvazia	compreensivelmente
irritado	aspectos	incapazes
eficiência	impunidade	balbúrdia
motoristas	cobrança	pingados
aparecem	conversando	refrigerante
marquises	formam-se	cerimônia
desatá-los	atrapalham	mudanças
simplesmente	caóticas	perturbar
assustadoramente	motoristas	instituiu (taq.)
obrigatoriedade	surpresa	aderiram
surpreendente	considerada	restante
multada	sentiu-se	impune

Líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram a Brasília e propuseram um acordo inaceitável ao presidente da

República: contra a modesta oferta de não aumentar o número de lavradores nos acampamentos sustentados pelo movimento, deram-lhe / uma semana para aprovar projetos que acelerem a reforma agrária.

O tom não foi exatamente de cordial negociação. Depois de três horas de conversa, os representantes do MST recusaram-se a aceitar uma trégua e disseram que não têm como impedir [1] novas invasões. Depois exigiram de Fernando Henrique Cardoso leis que dificultam ações judiciais de despejos em áreas rurais e aceleram as desapropriações.

Dessa vez os sem-terra exageraram: pediram muito, de forma absurda, à autoridade errada. O documento entregue ao / presidente exige, por exemplo, que o governo “mobilize a bancada parlamentar de forma urgente urgentíssima, ou utilize medida provisória para aprovação das leis fundamentais ao processo de reforma agrária”. Ora, quem aprova leis não é o Executivo, mas o Congresso, [2] o endereço certo para esse tipo de pressão.

No máximo o governo pode o que prometeu: empenhar-se na aprovação dos projetos. Não pode desapropriar ou instaurar rito sumário por medida provisória, o que seria inconstitucional. Um argumento que não chega / a comover os messiânicos do MST, que não levam em consideração exigências legais, trâmites ou prazos.

Na verdade, julgam-se autorizados pela história a todas as transgressões. Querem por que querem - e imediatamente. Parece até que o governo que os recebeu [3] não foi eleito por sufrágio universal, nem jurou respeitar a Constituição. Negociar não é com eles: recusam-se a participar de um conselho sobre a questão fundiária, classificado de “fajuto”. Queriam também a renúncia do governador do Pará, Almir Gabriel, e / a demissão do ministro da Justiça, Nelson Jobim. Fernando Henrique não levou a sério o ultimato.

Ficou claro que o MST não quer acordo, nem admite trégua, mas fez uma ameaça para obter algo que não pode ser obtido no [4] prazo exigido. É evidente que essas exigências ao presidente – que pouco pode em matéria legislativa, senão já teria aprovado as suas almeçadas reformas – exprimem uma postura autoritária, centralizadora e discricionária do poder, como se o primeiro mandatário pudesse dispensar o / Parlamento, as leis, os tribunais.

Não adianta dizer que não é possível executar selvagememente os inadimplentes, nem indenizá-los iniquamente, nem aceitar invasões arbitrárias. O MST insiste em impor ao governo um verdadeiro contrato de adesão, de cláusulas unilaterais e inspiradas [5] em algum “direito alternativo” que certamente não figura nos códigos.

Mão Dupla

Num caso raro de entendimento, prefeitura e governo estadual chegaram a acordo sobre cobrança de multas de trânsito e a prefeitura começou a enviar, com sete meses de / atraso, aos infratores, multas relativas ao uso de cinto de segurança e estacionamento em calçadas.

Em qualquer lugar do mundo, menos no Rio, cobrança de multa não é simplesmente arrecadação de dinheiro. Muito mais: é um processo didático de pressão [6] sobre infratores. Mas quando a infração é cometida num ano e a multa chega pelo correio no ano seguinte, ou até mesmo anos depois, ou nem chega, a função didática se esvazia. O motorista, ao receber a multa em casa / – quando recebe – já nem sabe mais do que se trata. E sente-se compreensivelmente irritado contra autoridades que sob todos os aspectos se mostram incapazes de governar com eficiência e até mesmo de cobrar simples multa.

A impunidade no trânsito é [7] a causa principal da balbúrdia nas ruas. No caso presente, 120 mil motoristas achavam que nunca seriam atingidos pela cobrança, da mesma forma que quando circulam pelas ruas jamais são visados por guardas de trânsito que, para variar, são inexistentes. / Gatos pingados aparecem, mas não em atitude de trabalho, e sim conversando, tomando refrigerante nos bares ou, em dias de chuva, sob marquises. Nós no trânsito formam-se sem cerimônia e jamais se apresenta alguém para desatá-los. Funcionários da CET-Rio [8] atrapalham mais do que ajudam, quando não fazem mudanças simplesmente caóticas, capazes de perturbar assustadoramente a vida dos motoristas.

Por tudo isto, quando a prefeitura instituiu a obrigatoriedade do cinto de segurança, em setembro do ano passado, causou surpresa a / adesão dos motoristas cariocas. Na Zona Sul, nove décimos dos motoristas aderiram , índice surpreendente para uma cidade considerada rebelde às leis e, às vezes, aos bons costumes. A pequena faixa restante foi multada, mas sentiu-se até agora impune.

O outro... [9]

SE A NICOTINA É...

(4 min. de 100 p.p.m.)

nicotina	causadora	dependência
nervoso	cardápio	cultivado
substâncias	diferentes (taq.)	laboratório
pertencentes	igualmente	maléficas
aldeídos	álcoois	bronquite
inflamação	brônquios	ciliar
minúsculos	constantemente	organismos
patogênicos	secreção	alterações
aéreas	bronquíolos	invertida
pulmões	saquinhos	infláveis
alvéolos	cancerígenas	hidrocarbonetos
aromáticos	policíclicos	radiativas
genéticas	intimidade	devassada
comprovando	malefícios	tabagismo
investigações	epidemiológicas	enfisema
pulmonar	pulmão	infarto
miocárdio	infecções	respiratórias
bacterianas	viróticas	laringe
esôfago	pâncreas	circulatório
arteriosclerose	aneurisma	aorta
vasculares	cerebrais	probabilidade
distúrbios	Hakaru Tadokoro	pneumologista
oncologista	alcalina	absorvida
cigarro	pulmões	tóxicas

Se a nicotina é a grande causadora da dependência, atuando diretamente sobre o sistema nervoso central, o tubinho do cigarro oculta um cardápio tão variado quanto nocivo à saúde. Dependendo do tipo de tabaco, e de quando e onde foi cultivado, uma tragada de sua fumaça contém entre 2 e / 3 mil substâncias diferentes do total de 4.720 já isoladas em laboratório, pertencentes a 15 grandes famílias químicas.

“O grande público só conhece a palavra nicotina, mas as demais substâncias são igualmente maléficas”, sustenta Rosemberg. Aldeídos, cetonas, amônia, álcoois

e ácidos diversos provocam bronquite, uma inflamação contínua [1] nos brônquios, alterando a função ciliar. O interior dos canais respiratórios é todo revestido por minúsculos cílios, menores que os pêlos internos no nariz, que vibram constantemente para varrer poeira e organismos patogênicos. Ocorre então um aumento na secreção de muco. A principal sede dessas alterações são as pequenas vias / aéreas, como os bronquíolos, os milhares de “ramos” da

árvore invertida dos pulmões, e os pequenos “saquinhos” infláveis que os recobrem, chamados alvéolos. O fumo já não engana ninguém: contém cerca de 80 substâncias cancerígenas, entre as quais se destacam os hidrocarbonetos aromáticos policíclicos, e ainda substâncias radiativas como o [2] polônio-210, capaz de provocar alterações genéticas. Talvez nenhuma figura pública, em país algum, tenha tido sua intimidade tão devassada quanto o tabaco, este nosso grande vilão de fim de século. Existem hoje mais de 60 mil trabalhos comprovando os malefícios do tabagismo. Investigações epidemiológicas mostram que esse vício é / responsável por 75% dos casos de bronquite crônica e enfisema pulmonar, 80% dos casos de câncer do pulmão e 25% dos casos de infarto do miocárdio. Além disso, segundo pesquisas, os fumantes têm risco entre 100% e 800% maior de contrair infecções respiratórias bacterianas e viróticas, câncer da boca, laringe, [3] esôfago, pâncreas, rim, bexiga e colo do útero, como também doenças do sistema circulatório como arteriosclerose, aneurisma da aorta e problemas vasculares cerebrais. A probabilidade de aparecimento desses distúrbios tem relação direta com o tempo do vício e a sua intensidade. O tipo de tabaco consumido não importa muito, segundo / observa Hakaru Tadokoro, pneumologista-oncologista da Escola Paulista de Medicina. “É bobagem dizer que charuto e chachimbo fazem menos mal”, afirma ele. “O que acontece é que a fumaça deles, sendo alcalina, é absorvida pela mucosa da boca. Por isso, o fumante não precisa tragá-la. Já a fumaça do cigarro, [4] ácida, é absorvida pelos pulmões. Mas em qualquer caso a presença de substâncias tóxicas no sangue é a mesma.

O TABACO É UMA DROGA...

(5 min. e meio de 95 p.p.m.)

poderosa	Rosemberg	tuberculose
pneumologia	medicina	coordenador
tabagismo	dependência	cocaína
heroína	altere	prejudique
incomparavelmente	mecanismo	implantação
ilegais	cérebro	circulação (taq.)
sangüínea	receptores	membrana
reconhecimento (taq.)	liberadas	substâncias
transferem (taq.)	impulso	sistemas
controlam	glândulas	secreção
supra-renal	tireóide	organismo
regulares	nicotina	desequilíbrio
irritado	ansioso	vomitar
situações	reação	caracteriza (taq.)
abstinência	álcool	ilegais
anseia	concentração	habitual
garantir	sensações	agradáveis
relaxamento	muscular	decompõe
organismo	declinar	necessidade (taq.)
conseguir	instala	tragadas
impactos	cérebro	contabilizados
explicar	instante	arterial
freqüência	cardíaca	temperatura
normalizar	monóxido	carbono
oxigenação	diminuir	vasoconstritor
terminações	regenerar	olfato
paladar	aguçados	circulação (taq.)
exercícios	tornam-se	fáceis
congestão	cílios	brônquios
diminuindo	infecções	respiratórias

“O tabaco é uma droga poderosa que pode viciar num prazo de um a três meses”, adverte José Rosemberg, professor titular de tuberculose e pneumologia da Faculdade de Medicina da PUC de São Paulo e presidente do Comitê Coordenador de Controle do Tabagismo no Brasil. “A nicotina provoca / mais dependência física que a cocaína e a heroína, e por isso é mais difícil largar o cigarro.”

Embora o tabaco não altere o estado mental da pessoa, e prejudique incomparavelmente menos suas relações sociais, tem um mecanismo de implantação do vício semelhante ao daquelas drogas ilegais. [1] A partir da

tragada, em sete segundos a nicotina chega ao cérebro através da circulação sanguínea e entra em contato com os receptores das células nervosas, a região da membrana que opera seu reconhecimento. A partir daí, são liberadas muitas outras substâncias que transferem o impulso nervoso de / célula a outra, e delas para os sistemas que controlam a atividade de glândulas de secreção interna como a supra-renal e a tireóide. O organismo se habitua a cargas regulares de nicotina, entrando em desequilíbrio quando ela é suspensa. Aí começa o inferno do fumante: [2] ele fica irritado, ansioso, insone e pode até vomitar. Em situações mais sérias, a reação se caracteriza como crise de abstinência, expressão mais comumente usada em relação ao álcool e às drogas ilegais. O fumante anseia por manter no sangue a concentração habitual de nicotina, capaz de garantir / sensações que considera agradáveis, como relaxamento muscular e alívio de tensão. Mas tudo se esvai como uma nuvem. Como a nicotina se decompõe em seu organismo, em média, entre 20 e 30 minutos, o fumante trata logo de acender outro cigarro quando sente declinar o nível dessa [3] substância no sangue.

A evolução da dependência é marcada pela necessidade de doses cada vez maiores de nicotina, para se conseguir o mesmo efeito anterior. Quanto mais forte o cigarro, mais rápido o vício se instala. Uma pessoa que fuma um maço por dia, com média de dez / tragadas por cigarro, provoca mais de 73 mil impactos de nicotina no cérebro ao longo de um ano. Numa década, o total é de quase 1 milhão de impactos. Nenhuma outra droga sequer chega perto desses números, contabilizados por Rosemberg para explicar por que o cigarro vicia mais. [4]

Após 20 minutos, a partir do instante em que se pára de fumar, a pressão arterial, a frequência cardíaca e a temperatura das mãos e pés começam a se normalizar. Após 24 / horas: os riscos de um ataque cardíaco começam a diminuir, pois cessa o efeito vasoconstritor da nicotina. Após 48 horas: as terminações nervosas começam a se regenerar. Olfato e paladar ficam mais aguçados. Após 72 horas: a respiração torna-se mais fácil. A função pulmonar aumenta em até [5] 30%. De duas semanas a três meses: a circulação sanguínea melhora e os exercícios físicos tornam-se mais fáceis de realizar. De um a nove meses: tosse, congestão nasal e fadiga se reduzem. O movimento dos cílios dos brônquios volta ao normal, diminuindo o risco de infecções respiratórias. / Aumenta a capacidade física e mental.

DEIXANDO DE FUMAR

(11 min. de 80 p.p.m.)

João	Ubaldo	Ribeiro
recordista	fumar	festejad <u>íssimo</u>
jornal <u>ista</u>	compositor	conselheiro (taq.)
reuniões	solenid <u>ades</u>	arcebispo
pitando	arquiepiscopal	assumira
espectad <u>ores</u>	testemunhas	momentosa
irrevogá <u>vel</u>	fumando	chaminés
garantiu	definit <u>ivamente</u>	abominá <u>vel</u>
honestid <u>ade</u>	reconhecer (taq.)	segur <u>amente</u>
vice-campeonato	compensação	conseguir
cigarro	aparentem <u>ente</u>	simplicid <u>ade</u>
permanecem <u>os</u>	cretinos	insistindo
sociais (taq.)	rende-nos	desaprov <u>ação</u>
expulsa	ameaçar	imaginá <u>vel</u>
deixaram	simplicid <u>ade</u>	exceções
festejad <u>íssimo</u>	cinasta	Cacá Diegues
solenem <u>ente</u>	cigarro	serelepe
esqueceram	imediatamente (taq.)	ex-fumante
lacrimogêneo	transes	possesso
soltando	medonhos	vascas
tabagíst <u>icas</u>	mobiliz <u>ada</u>	assistência
esquizofrênico	não-radicais	forçados
festejada	Lucas Mendes	exatam <u>ente</u>
prostra <u>ção</u>	afundava-se	poltronas
absolutam <u>ente</u>	tripas	<u>sobrenaturais</u>
êi-lo	tênis	resistência
humilha <u>ção</u>	festejad <u>íssimo</u>	jornal <u>ista</u>
cinasta	teatrólogo	Arnaldo Jabor
almoçando	espinafrant <u>íssimo</u>	burrice
obsolescência	cafajestismo	fumando
fumara	porcarias	arromba-peitos
apropriados	acordou	frouxos
jogara	punha-o	desafiando
tentação	<u>super</u> poderes	miserav <u>emente</u>
prosseguiu	farrapo	ignóbil
prematura	dolorosa	festejad <u>íssimo</u>
Geraldinho Carneiro	acordou	fumaria
fumou	sociólogo	literato

James Amado	fumei	frescuras
festejado	Carlos de Andrade	segredo
respondeu-me	severamente	franzindo
sobrolho	impecáveis	caráter
vergonha	machidão	independentemente (taq.)
desaconselha	naturalmente	privilegiada
<i>et caterva</i>	jantamos	fumamos
imunda	felizmente	infinito
suficiente	sedimentar	férrea
decisão		

João Ubaldo Ribeiro

Já afirmei, aqui e em outros lugares, que o recordista brasileiro, quicá mundial, em deixar de fumar é o festejadíssimo jornalista, escritor, compositor e conselheiro Sérgio Cabral. Ele já deixou de fumar em reuniões, / em solenidades públicas e até, com uma cara de arcebispo que só se vendo, na televisão, pitando o que afirmava, com a gravidade arquiépiscopal que assumira, ser o seu último cigarro – todos os espectadores eram testemunhas da momentosa e irrevogável [1] decisão. Outro dia, estive com ele, fumando ambos como chaminés, e ele me garantiu que, segunda-feira, sem falta, estaria definitivamente livre do feio e abominável vício. Manda a honestidade, contudo, reconhecer que já devo estar chegando perto de seu recorde / e, seguramente, já detenho o vice-campeonato.

Sim, meus caros amigos, estou deixando de fumar outra vez. Como sempre, agora é para valer. E, como sempre, passei o dia inteiro sem fumar, mas, em compensação, sem conseguir fazer mais nada [2] a não ser pensar em cigarro. Por que, aparentemente, isso só acontece comigo e com o Sérgio? Por que todos os amigos deixaram de fumar com a simplicidade de quem joga uma camisa velha fora e nós permanecemos como dois / cretinos, insistindo nesse hábito que já nos torna párias em quase todos os círculos sociais, rende-nos olhares de desaprovação gerais e nos expulsa de diversos ambientes, além, é claro, de nos ameaçar com todo tipo de doença imaginável?

Sim, todos [3] deixaram de fumar com extrema simplicidade. Um belo dia, tomaram a resolução e pronto. Só conheço duas exceções: o também festejadíssimo cineasta e amigo meu Cacá Diegues. Cacá chamou a mulher, pegou um cigarro e declarou solenemente:

– Assista aqui: estou / fumando meu último cigarro.

Mas não ficou todo serelepe, como os demais, que esqueceram o cigarro imediatamente e passaram a ter horror de fumantes (sim, porque o ex-fumante é muito mais rigoroso do que o que nunca fumou e [4] parece que está sendo objeto de um ataque de gás lacrimogêneo, toda vez que alguém acende um cigarro num raio de 30 metros). Segundo ele, passou por transe infernais, andando como um possesso para cima e para baixo e soltando / urros medonhos, em meio a suas vascas tabagísticas. A família, mobilizada, o ajudava

como quem dá assistência a um parente em surto esquizofrênico, mas ele finalmente venceu e hoje faz parte do grupo dos não-radicais. Não toca em cigarro, [5] mas também não pede a prisão perpétua com trabalhos forçados para quem continua fumando.

O segundo caso é o do igualmente festejado (só conheço gente festejada) jornalista Lucas Mendes, que deixou de fumar num dia dramático, em Nova York, e / até hoje sabe exatamente quantos anos, meses e dias faz dessa data heróica. Esse entrou em prostração cabal, afundava-se em camas e poltronas e não queria saber de mais absolutamente nada, inclusive, é claro, trabalhar. Mas, não sabe bem como, [6] fez das tripas coração, reuniu forças sobrenaturais do fundo d'alma e êi-lo hoje um ex-fumante de pleno direito, jogando tênis com resistência de um rapaz de 20 anos. O resto, não; o resto é tudo humilhação. Já tive / oportunidade de referir-me ao igualmente festejadíssimo jornalista, cineasta, teatrólogo, homem de letras e *ladies'man* Arnaldo Jabor, que, almoçando comigo uma vez, me fez um espinafrantíssimo sermão a respeito de minha burrice, falta de educação, obsolescência, irresponsabilidade e cafajestismo, por [7] continuar fumando. Ele também fumara, fumara não sei quantos maços por dia e não dessas porcarias de baixos teores, mas arrombapeitos mesmo, cigarros de macho, apropriados a um macho como ele. Pois muito bem, pois um dia acordou e / disse que não fumaria mais. Ao contrário desses frouxos de que se ouviu falar, não jogara o último maço fora, pelo contrário, punha-o sempre à vista, desafiando sua tentação inócua. E agora estava ele ali, bonito, pujante e no auge [8] de seus superpoderes, enquanto eu, miseravelmente, prosseguia na minha condição de farrapo humano, condenado a uma existência humilhante e ignóbil e a uma morte prematura e dolorosa.

A mesma coisa fez o também festejadíssimo poeta Geraldinho Carneiro, que acordou um / belo dia, disse que não mais fumaria e não mais fumou. Feito igual cometeu outro festejado, o sociólogo e literato James Amado. “Acordei, meu Exu me disse que eu não devia mais fumar e não fumei mais e não senti [9] nenhuma dessas frescuras que vocês dizem que sentem, quando param de fumar.” E, finalmente, meu ex-diretor de redação, o festejado entre os festejados dr. Evandro Carlos de Andrade, também fez a mesma coisa. “Não fumo mais”, declarou, e nunca / mais fumou. Mas como, como era possível uma coisa dessas, qual era o segredo?

– Caráter – respondeu-me ele severamente, franzindo o sobrolho por trás de seus óculos impecáveis.

Pois é. Falta-nos caráter, meu caro conselheiro Sérgio Cabral. Falta-nos fibra, falta-nos [10] vergonha na cara, falta-nos machidão, falta-nos tudo. Como podemos nos olhar no espelho (independentemente do que nos desaconselha a nossa já naturalmente não tão privilegiada beleza facial)? Não, não, da segunda-feira não passamos, temos caráter, sim, por que o Jabor *et cetera* são tão superiores assim? Jantamos juntos em companhia de nossas senhoras, fumamos os nossos últimos cigarros e nunca mais pomos na boca essa

coisa imunda. Felizmente para nós, há um número infinito de segundas-feiras e teremos tempo **[11]** suficiente para sedimentar nossa férrea decisão.

JOÃO UBALDO RIBEIRO é escritor.

ANATOMIA DA DÍVIDA

(5 min. e meio de 100 p.p.m.)

anatomia	federalização (taq.)	governo (taq.)
federal (taq.)	envolver	administrações (taq.)
austeridade	governadores (taq.)	honrarem
acordos	público (taq.)	privatização
política (taq.)	econômica (taq.)	compromissos
sincronia	esquecimento	governantes (taq.)
rastro	inflacionários (taq.)	enfrentados
Congresso (taq.)	política (taq.)	aprovando
reformas	constitucionais (taq.)	estruturais
enxugar	modernizar	contribuinte
endividamento	continuarão	alarmando
mobiliária	amortizarem	interno (taq.)
objetivamente	maior (taq.)	apologia
externa (taq.)	credores	agências
bancos (taq.)	brasileiros (taq.)	Banco do Brasil (taq.)
proclamava-se	afirmação	soberania
nacional (taq.)	congelou	bigodeou
percebeu-se	perversa	financeira (taq.)
especulação	aplicações	em relação ao (taq.)
dramáticos	desacreditadas	salgadíssimas
tomador	compromissos	administrativa (taq.)
dramático	renegociação	internacionais (taq.)
asfixiante	endividamento	ilimitado
desempenho	colapso	insuportável
tergiversar		

A federalização das dívidas dos estados mediante renegociação com o governo federal – maior interessado em envolver as administrações estaduais na austeridade fiscal – é um grande risco. Se os governadores honrarem os acordos, o ajuste público, que depende do corte de gastos e da privatização de empresas estaduais, / terá caminhado bem.

A história política e econômica brasileira ensina, entretanto, que a administração pública não prima pelo cumprimento dos compromissos. O vício nasce da falta de sincronia entre as juras ao eleitor nos palanques e o esquecimento das promessas no exercício do poder. Os governantes gastam o que não [1] têm e deixam um rastro de déficits inflacionários e dívidas, que pedem mais impostos ou acabam sendo enfrentados com prejuízo do social.

Enquanto o Congresso não mudar essa viciada agenda política, aprovando as reformas constitucionais e estruturais de que o país precisa para enxugar e modernizar o Estado, liberando o / contribuinte da pesada carga

fiscal que suporta há duas décadas, notícias sobre o endividamento continuarão alarmando o cidadão.

O fato de que a dívida mobiliária federal, acrescida da dívida estadual assumida pela União (com o compromisso dos estados a amortizarem com a garantia das cotas dos fundos de participação e [2] de cotas do ICMS), passou a beirar o nível de 20% do Produto Interno Bruto é motivo de alarme. Mas deve ser visto objetivamente no seu contexto.

É preciso não ceder ao velho discurso (popular nos anos 80) de que a maior causa do déficit público são os altos juros / da dívida. Essa suspeita fazia a apologia do calote (das dívidas externa e interna). Na externa, como os credores estavam no exterior (inclusive as agências dos bancos brasileiros, à frente o Banco do Brasil), proclamava-se no calote a afirmação da soberania nacional. Quando o Plano Collor congelou a poupança nacional [3] e bigodeou a dívida interna, percebeu-se que, por trás da perversa ciranda financeira e da especulação com o *caixa 2*, estavam aplicações legais de empresas e pessoas.

A dívida volta a subir. Mas a Itália e a Bélgica apresentam índices de endividamento em relação ao PIB bem mais dramáticos que / os do Brasil e nem por isso suas economias estão desacreditadas nem os seus títulos públicos precisam pagar taxas salgadíssimas. Justamente porque esses países jamais adotaram o calote como norma.

O que importa no endividamento é a capacidade do tomador (governos, empresas ou indivíduos) oferecer garantias de que poderá honrar [4] os compromissos. As reformas constitucionais – que abrem caminho para o corte dos gastos públicos em todos os níveis de governo, sobretudo a reforma administrativa, – e a venda de estatais são parte da solução. O aumento do endividamento público em relação ao PIB agrava as dificuldades do setor público, mas é / hoje menos dramático do que há dez anos. Como a renegociação da dívida externa reabriu os financiamentos internacionais ao setor privado – que já responde por 38% da dívida externa contra 20% nos anos 80 – o avanço do Estado sobre a poupança financeira nacional tornou-se menos asfixiante do que há cinco [5] anos.

O recurso ao endividamento externo (e ao interno) não é ilimitado nem depende só do desempenho das contas externas. Quando as duas dívidas entraram em colapso nos anos 80, o financiamento dos déficits do setor público ficou insuportável. Não adianta tergiversar: a única maneira de evitar que o problema... /

A GRANDE REFORMA

(5 min. de 95 p.p.m.)

pela primeira vez (taq.)	história	presidente da República (taq.)
priorit <u>ária</u>	qualidade	Paulo
Renato	Souza	esforços
Belo Horizonte	prioridade	fundamental (taq.)
escolaridade	decisivo	dependência (taq.)
educacional	empresário	qualificar
mão-de-obra (taq.)	adequá-la	globalizada
trabalhador (taq.)	alcance	recicla
reemprega	qualificação	profissional (taq.)
patrimônio	desvinculando-o	dividindo-o (taq.)
ministrando-o	paralela	currículo
diversificá-lo	desafio	educacional
milênio	informatizado (taq.)	vantagem
comparativa	desqualificada	utilização
predatória	matérias-primas (taq.)	abundantes
valorização	magistério	garantir
efetivamente	melhorar	didático
utilizar	capacitação	estabelecimentos (taq.)
avaliação	inexplicável	resistência
inovação	revolucionária (taq.)	resgate
transformaram-se (taq.)	feudos	ineficientes
encena	perverso	mediocridade
fingem	corporativista	cartorial
permitiria	tornando	aferição
ranking	garantir	alcançados
controle	burocrático (taq.)	autoritário
ineficiente	dinâmico	competitivo
reformam	mentalidades	

Pela primeira vez na história do Brasil, um presidente da República anuncia como meta prioritária de seu governo um ensino de qualidade para as crianças deste país. Pela primeira vez em muito tempo, um ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, concentra seus esforços na / questão do ensino básico. A reunião de Fernando Henrique Cardoso, em Belo Horizonte, com 21 governadores, para dar prioridade ao ensino fundamental e ampliar o acesso à escolaridade, é marco decisivo na reforma da educação.

O presidente, no entanto, sabe que tudo não pode ficar na dependência [1] do Estado. É preciso que a sociedade se envolva na revolução educacional.

Fernando Henrique convocou o empresariado nacional a qualificar mão-de-obra e adequá-la às necessidades de uma economia globalizada.

O Programa Educação para a Qualidade do Trabalho pretende, no prazo de três anos, dar ao trabalhador educação básica / até a quarta série primária. É um projeto de longo alcance que recicla e reemprega através da qualificação profissional: faz parte do princípio de que o maior patrimônio de qualquer empresa é a inteligência. Ao mesmo tempo altera-se o ensino técnico, desvinculando-o do ensino médio, dividindo-o em [2] módulos, ministrando-o de forma paralela ao currículo do segundo grau, maneira de diversificá-lo.

O Brasil está jogando seu futuro no desafio da revolução educacional. A educação neste fim de milênio informatizado é condição necessária para o desenvolvimento econômico e social. Não há mais, a longo prazo, vantagem comparativa / no uso de mão-de-obra barata e desqualificada e na utilização predatória de matérias-primas abundantes.

É preciso valorizar o professor (daí o Fundo Para Valorização do Magistério), garantir junto aos governos estaduais que os recursos federais cheguem efetivamente às 200 mil escolas da rede estadual, [3] melhorar a qualidade do material didático, utilizar a televisão na capacitação dos docentes e estabelecer um sistema de controle de qualidade para os estabelecimentos de ensino superior.

A instituição de um sistema de avaliação dos estabelecimentos de nível superior – que encontra inexplicável resistência no Congresso – é inovação revolucionária / para o resgate da qualidade das universidades brasileiras. É sabido que muitas universidades estatais transformaram-se em feudos burocráticos e ineficientes, enquanto boa parte delas encena o perverso “pacto da mediocridade”, em que professores fingem ensinar e os alunos fazem de conta que aprendem.

A grita corporativista, a [4] reação cartorial, o receio da competição explicam as reações negativas no Congresso Nacional a um controle da qualidade que permitiria à sociedade conhecer os estabelecimentos de ensino dotados dos melhores professores e avaliar a qualidade dos cursos, tornando pública essa aferição, pelo estabelecimento de um *ranking* no ensino superior. A forma moderna de obter bons resultados é garantir liberdades às organizações e controlar *a posteriori* os resultados alcançados. O controle *a priori* – o controle dos processos e métodos – é burocrático, autoritário e ineficiente. O Brasil precisa de um sistema de ensino dinâmico, democrático e competitivo. [5]

De nada adianta a reforma da Constituição e das leis, se não se reformam as mentalidades.

RIO DOS SONHOS

(10 min. de 80 p.p.m.)

preliminar	<u>indicação</u>	vocalizando	<u>eleitores</u>
proposta	pretendentes	cautela	<u>questões</u>
diferença (taq.)	candidatos	<u>disposição</u>	resolvê-las
<u>eleição</u>	<u>eleitores</u>	<u>moldura</u>	<u>cidadãos</u>
examinar	confiar	<u>retrospectiva</u>	<u>acentuadamente</u>
<u>negativa</u>	<u>descumprimento</u>	promessas	oferecidas
vingança	<u>injustificável</u>	<u>degradação</u>	indiferença
integrada	<u>avaliações</u>	equivocadas	preocupação (taq.)
populismo	<u>bolsões</u>	miséria	<u>assentamento</u>
<u>ampliação</u>	aparência	inocente	<u>corrupção</u>
deficiência	<u>regressão</u>	insegurança	intimidaram
desanimaram	contribuinte	começou	apelando
reservas	confiança	Marcello	Alencar
<u>vitalidade</u>	<u>renascimento</u>	ciclovias	espetáculo
	anunciaram		
pedestre	lazer	passeios	estimularam
<u>valorização</u>	César Maia	assumiu	<u>continuidade</u>
resgate	<u>valorizada</u>	comoveu	despertou
estímulo	visitante	urbana	<u>recuperação</u>
intacta	<u>criatividade</u>	diferença (taq.)	<u>maltratado</u>
indiferença	<u>reaparecimento</u>	confiança	aventureiros
<u>predadores</u>	horizonte	retórica	<u>ideológica</u>
habilitar	confiança	contribuinte	<u>instintiva</u>
<u>prioridade</u>	escolherá	articulada	sinalizam
<u>desarticulação</u>	desconheceu (taq.)	<u>infra-estrutura</u>	confiança
aparecem	<u>população</u>	perfil	Olimpíada
internacional (taq.)	<u>cidadãos</u>	<u>submeter</u>	candidatos
<u>habilitação</u>	individual	<u>coletiva</u>	suficientes
<u>ocupação</u>	esgoto	normal	<u>eleitores</u>
candidatos	<u>definição</u>	pesadelos	questão
princípio	<u>distribuidora</u>	aumentou	álcool <u>combustíveis</u>
	<u>desautorizada</u>	Raimundo Brito	<u>investigação</u>
reforçar	urgência	monopólio	desregulamentação
(taq.)			
monopólios	telecomunicações	petróleo (taq.)	<u>prioritária</u>
vultosos	<u>investimentos</u>	privados	complementarão
permitirão	recuperar	monopólio	precisam
dirimir	conflitos	seguem	<u>determinações</u>
<u>chamadas</u>	participante	virtual	monopólio
refinado	conciliar	<u>atendimento</u>	<u>reação</u>
<u>aumento</u>	conflito	resolvido	<u>rapidamente</u>
energia	Antônio Kandir	prometendo	<u>austeridade</u>

privatização

aprovação

reformas

modernização

Na preliminar pela indicação oficial, os pré-candidatos a Prefeito não estão vocalizando o que os eleitores querem ouvir como proposta de governo. A condição de pretendentes pede cautela, mas não impede de abordar de frente as / questões. A diferença entre os candidatos se mede na visão estruturada das soluções. O Rio tem um leque de dificuldades que requerem coragem e disposição para resolvê-las.

Na eleição municipal o candidato convive mais de perto com os eleitores, tendo [1] como pano de fundo os problemas de cada um e de todos. As dificuldades são a moldura na qual os cidadãos querem examinar a quem deve confiar o seu voto para prefeito. O Rio guarda visão retrospectiva acentuadamente negativa: o / descumprimento das promessas federais oferecidas no pacote da fusão da Guanabara com o antigo Estado do Rio deixou na cidade a marca de uma vingança injustificável.

A degradação urbana, em administrações municipais sob a indiferença federal, foi a soma da [2] falta de visão integrada de soluções e de avaliações politicamente equivocadas. A falsa preocupação social foi a capa sob a qual o populismo fez baixar a qualidade da vida e fixou bolsões de miséria como se fossem projetos de assentamento / urbano. A ampliação do crime organizado, o tráfico de drogas sob a aparência inocente do jogo do bicho, a corrupção policial, a deficiência dos serviços urbanos, a regressão educacional e, como pano de fundo, um profundo sentimento de insegurança feriram [3] a imagem da cidade, intimidaram o cidadão e desanimaram o contribuinte.

O Rio começou a reagir, apelando para as suas reservas de confiança, no governo municipal do carioca Marcello Alencar, que levou a administração à Zona Oeste e transmitiu aos / visitantes os sinais de vitalidade e anunciaram o renascimento urbano. As ciclovias ao longo das praias e o espetáculo pedestre que associa esporte e lazer nos passeios de fim de semana estimularam a cidade.

Na mesma linha de valorização urbana [4] o prefeito César Maia assumiu a cidade brasileira de maior charme urbano e deu continuidade ao resgate municipal. Abriu janelas dentro da paisagem valorizada por obras, como Rio Cidade, que comoveu os cidadãos. O efeito social despertou a população e / valeu como estímulo político. Sente-se no morador e no visitante do Rio confiança na possibilidade de completa recuperação daquela que foi a capital federal e mantém intacta a criatividade que é a sua marca.

Há uma diferença entre o Rio [5] maltratado pela indiferença federal e o reaparecimento da confiança na ação administrativa que não seja entregue a aventureiros e predadores. O horizonte municipal, e não a retórica ideológica, é a referência para as candidaturas que vão se habilitar nos próximos / meses à confiança do cidadão, contribuinte e eleitor. A população tem noção instintiva das prioridades e escolherá aquele candidato que lhe parecer dotado de visão articulada das soluções, pois todos os problemas do Rio sinalizam a

desarticulação administrativa, que desconheceu [6] a infra-estrutura urbana e as chamadas obras que não apetezem aos governantes porque não aparecem.

O Rio que a população quer é aquele que se projeta no perfil da cidade do ano 2004, sede da Olimpíada e pronto para / marcar presença internacional no século 21. Essa cidade, que os cidadãos têm em mente, vai submeter os candidatos a prefeito ao teste de habilitação. O sentimento de segurança individual e coletiva, escolas suficientes, ocupação urbana racional, água, esgoto e saúde, [7] trânsito normal, transporte de massas. Os eleitores querem dos candidatos a prefeito a definição da cidade dos seus sonhos, e não dos pesadelos dos últimos anos.

Questão de Princípio

A BR Distribuidora aumentou, por conta própria, o preço do álcool / vendido às demais companhias de combustíveis. Foi desautorizada pelo ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, e ficou sob investigação da Secretaria de Direito Econômico. O fato vem reforçar a necessidade de urgência na regulamentação do fim do monopólio estatal [8] do petróleo.

A rápida desregulamentação dos monopólios de energia, telecomunicações e petróleo é prioritária. Os vultosos investimentos privados que complementarão a ação estatal permitirão recuperar o atraso tecnológico e de investimentos por falta de recursos. As próprias estatais em regime / de monopólio precisam definir seu futuro, para dirimir conflitos como esse da Petrobrás e da BR.

Empresas estatais seguem as determinações do governo e a legislação dos monopólios. Como participante do mercado, embora exerça o virtual monopólio da comercialização do [9] álcool e do petróleo refinado pela Petrobrás, a BR precisa conciliar o atendimento de suas necessidades de caixa à reação do mercado e um aumento de preços.

MARCHA TRIUNFAL

(10 min. de 90 a 100 p.p.m.)

(90, 92,93,94,95,96,97,98,99,100 p.p.m.)

triumfal	seqüestrador	Leonardo	Pareja
exibicionista	desafiador	rebelião	penitenciária
sinônimo	agroindustrial	oportunismo	presidiários
entregaram	candidamente	algozes	leniência
estarcido	negociações	criminosos	prorrogar
exigências	começaram	acabaram	metralhadoras
celulares	especificadas	seguramente	amedrontadas
curvando-se	presidiário	exibicionista	anticlímax
desmoralização	rebelião	vergar-se	criminalidade
arvezada	superlotação	ociosidade	promiscuidade
rebeliões	infrações	quadrilhas	homicídios
triumfo	anarquia	meliantes	conflitantes
consumidor	eletrodomésticos	acessíveis	combustíveis
consumidores	arranhão	credibilidade	programação
liberalizar	globalização	Mercosul	repique
aquecimento	concorrência	superaram	expectativas
tarifários	eletro-eletrônica	perfeitamente	preventivamente
decorrência	recuperação	gargalos	regulador
combustíveis	abandonar	periodicidade	desindexação
liberação	desencontro	Dorothea Werneck	

No país em que se cometem anualmente 1 milhão de crimes, o seqüestrador Leonardo Pareja, exibicionista por natureza, eterno desafiador da Justiça, tornou-se o rei dos presídios. Ontem, no sexto dia de rebelião na penitenciária de Goiás, enquanto o país era mantido em / suspense, ele retirou-se para jogar futebol e depois descansar.

Mais do que fábrica de crime – sinônimo de penitenciária no Brasil – o Centro Penitenciário Agroindustrial de Goiás é hoje o símbolo dos erros cometidos pelas autoridades que antes de mais nada perderam a autoridade. O senso [1] de oportunismo dos presidiários contrasta com a ingenuidade dos maiores representantes da Justiça goiana que, em comissão, entraram na jaula das feras e se entregaram candidamente numa visita de inspeção que ficará na História.

O diretor do presídio (um coronel da PM que chorou ao ser / exposto por seus algozes na cerca da prisão), o secretário de Segurança e o presidente do Tribunal de Justiça, juntos, justificam agora a leniência das autoridades do lado de fora. É em nome da segurança deles que o país assiste estarrecido ao espetáculo de negociações sem [2] fim com um bando de criminosos que se deleita em prorrogar exigências. Começaram pedindo pouco, acabaram pedindo muito mais: metralhadoras 9 mm, revólveres calibre 38, pistolas 765 de 16 tiros, telefones celulares com duas baterias cada um (correspondentes a nove carros de marcas especificadas, / 20 coletes à prova de balas. E mais 30 mil reais, além dos 20 mil já recebidos no primeiro pedido.

Em suma, começaram com os dedos, agora exigem a mão, seguramente pedirão mais ainda, sob as vistas da polícia local e federal, em sua marcha quase [3] triunfal prevista para terminar na Bolívia. Do lado de fora, autoridades amedrontadas cedem, curvando-se ao peso da nova autoridade que se levanta: a do presidiário exibicionista de calça jeans, peito nu e revólver na mão. Como anticlímas, o exibicionista exige a presença da mídia para entrevista coletiva / antes de se lançar à última etapa da aventura...

Tudo isto tem um nome: desmoralização. Ceder às exigências do preso significa vergar-se à bagunça, à criminalidade. Significa acima de tudo transpor para o lado de fora a ética arrevezada de dentro dos presídios, hoje sem favor o [4] pior serviço público brasileiro.

Leonardo Pareja se tornou portanto o porta-voz de 130 mil presidiários que em todo o país mofam em 4 mil estabelecimentos penais à espera de solução do problema de superlotação, ociosidade, promiscuidade. É em nome da falta de autoridade que estalam 50 / rebeliões por ano, período no qual mil presidiários fogem. Do fundo dos cárceres, onde as infrações mais freqüentes são brigas, tráfico de drogas, faltas disciplinares, formação de quadrilhas, violência sexual, jogos de azar, homicídios e suicídios, eleva-se agora a voz de um exibicionista que para [5] começo de conversa jogou por terra a autoridade legal.

Aceitar suas exigências é o mesmo que se nivelar por baixo, porque o seu triunfo será indiscutivelmente a senha para novas rebeliões em todo o país. Aceitar esta rebelião é se render à anarquia e, pior do que isto, / admitir que a soma de todas as polícias é inferior à capacidade de ação de meia dúzia de meliantes. Ou acaba-se com a rebelião, ou admite-se que não há mais autoridade.

Atitudes Conflitantes

O governo tomou duas atitudes conflitantes em relação ao consumidor. Na redução das alíquotas de [6] importação de bens de consumo, tornou sapatos, motos, bicicletas e eletrodomésticos importados mais acessíveis, mas o primeiro dia da liberação dos preços dos combustíveis mostrou falhas na

comunicação oficial, com prejuízo para os consumidores e grave arranhão na credibilidade do Plano Real.

A redução dos impostos de importação de / 122 produtos, com a programação das alíquotas até o ano 2000, faz parte do compromisso do Brasil de liberalizar a economia, no processo de globalização comercial, a partir do Mercosul. A queda veio em momento adequado.

Diferente das circunstâncias do ano eleitoral de 1994, quando o interesse de [7] garantir o sucesso do Real e o temor do repique da inflação (pelo aquecimento do consumo) levaram o governo a precipitar a queda geral das tarifas de importação para que a concorrência externa inibisse especulação com produtos do mercado interno.

Em alguns casos a queda foi tão brusca que / as importações superaram as expectativas. O governo teve de reduzir a velocidade da abertura e retomou no começo do ano passado os níveis tarifários anteriores.

Agora os empresários da área eletro-eletrônica garantem que os níveis de 30% a 35% são perfeitamente suportáveis e estarão em condições de competir [8] quando as tarifas caírem para 20% a 26% a partir de 1998. O governo agiu preventivamente. O extraordinário crescimento nas vendas de aparelhos eletro-eletrônicos, em decorrência da recuperação do poder de compra dos assalariados das classes C e D, já estava começando a provocar gargalos entre oferta e demanda. / Facilidades a produtos importados funcionam como regulador de mercado.

O caso dos combustíveis é mais complexo. Parte do governo – o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, responsável pelo Proálcool, e o das Minas e Energia, responsável pela Petrobrás – pleiteava o reajuste dos combustíveis para salvar o Proálcool e tirar das [9] costas da Petrobrás o ônus de bancar subsídio a produto gravoso.

Os ministérios da Fazenda e do Planejamento, que respondem pelo controle da inflação e do Orçamento da União, resistiam ao reajuste para não abandonar a regra da periodicidade anual nos aumentos de preços, uma das premissas da desindexação da / economia. A solução veio sob a forma de liberação dos preços. Com a experiência de 21 meses sem controle de preços, o governo apostou que a concorrência baixará os preços dos combustíveis. É o que ainda esperam os consumidores.

Mas o desencontro de informações (enquanto a ministra Dorothea Werneck apressava-se...[10]

FARSA AMAZÔNICA

(10 min. de 80 p.p.m.)

amazônica (taq.)	assumiu	personagem	farsa
garantir	barganha	tradicional <u>mente</u>	Karl Marx
reservada	repeti <u>ção</u>	histórico	resolveram
inverter	pairava	estapafúrdia	devassar
proveitos	reforma <u>s</u>	alinhando	institucionalmente
(taq.)			
faltavam	oportunistas	providenciando	assinat <u>uras</u>
cria <u>ção</u>	inquérito	inconfessá <u>vel</u>	reforma <u>s</u>
precisava	assinat <u>uras</u>	providenciadas	arrendatá <u>rios</u>
pingados	mandantes	José Sarney	Jáder Barbalho
Gilberto Miranda	tramaram	providenciaram	dispensá <u>veis</u>
instala <u>ção</u>	extra <u>ção</u>	ausência	liderança
tríplice	disparou	Clarimundo	Sant'Anna
comparecer	argüi <u>ção</u>	last but not least	melindre
desperta <u>do</u>	setentrional	marimbondos	signatá <u>rios</u>
faltavam	exibi <u>ção</u>	histórica	precisava
evidenciar	serie <u>dade</u>	negociar	historic <u>amente</u>
resulta <u>dos</u>	corrigir	estruturais	exorcizar
definitiv <u>amente</u>	anô <u>es</u>	aconteceu	empreiteiras
insinuar	iniciat <u>iva</u>	empacar	interminá <u>vel</u>
negocia <u>ção</u>	aprovado	devassada	premedita <u>do</u>
investiga <u>ções</u>	escândalos	anteriores (taq.)	destacar
secundárias	funcionam	providências	barulho
carreira	saquea <u>dores</u>	milímetro	tradicionais
sacrificou-se	aproveita <u>dores</u>	infesta <u>do</u>	parasitas
cidadã <u>os</u>	dignida <u>de</u>	produtivida <u>de</u>	orçamento (taq.)
empenhado	aprova <u>ção</u> (taq.)	privatiza <u>ções</u>	calarão
cassandras	socialismo	promoveu	anacrônico
liquídou	negociada	derrotando	conseqüências (taq.)
estatizantes	combatem	competência	bloquear
argumentos	recorrem	anacrônico	capacida <u>de</u>
insuficiente	instru <u>mentos</u>	fiscaliza <u>ção</u>	eficiência
barganhar	chantagem	separad <u>amente</u>	conclusô <u>es</u>
encaminhadas	legais	Ministério Público (taq.)	

O Senado assumiu ontem a condição de personagem principal da farsa montada para garantir efeitos especiais na eleição municipal deste ano e, por trás do pano, da grossa barganha federal em proveito das suas figuras de proa. Tradicionalmente, / desde Karl Marx a farsa estava reservada para a repetição

do fato histórico. Pois alguns senadores resolveram inverter a ordem dos fatores e encenam a farsa em primeiro lugar. O produto nasce sob suspeita.

O pretexto estava no ar do [1] Congresso: pairava sobre o plenário, na Câmara e no Senado, a estapafúrdia idéia de criar uma comissão parlamentar para devassar o sistema financeiro, de olho nos proveitos políticos do ano eleitoral, e, de quebra, para deter as reformas que estão / alinhando institucionalmente o Brasil com o Primeiro Mundo.

Faltavam apenas os oportunistas que entraram em cena ontem, providenciando meia dúzia de assinaturas para completar o número regimental exigido na criação de Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado. O negócio é [2] o seguinte: o governo agora terá que pagar o preço político e o ágio inconfessável para continuar as reformas.

O pedido precisava de 27 assinaturas, e as seis que faltavam foram providenciadas, em cima do laço, pelos arrendatários do / plenário. Pela letra dos gatos pingados, conhecem-se os mandantes. Emerge por trás do episódio a bancada da selva amazônica, a trinca José Sarney, Jáder Barbalho e Gilberto Miranda. Na véspera, na calada da noite, os três caciques da Amazônia ilegal [3] tramaram a operação e providenciaram os seis votos indispensáveis à instalação da CPI. Todos de baixa extração.

A prova da completa ausência de espírito público (se não bastar a liderança tríplice) é o motivo que disparou a iniciativa: a recusa / do personagem Clarimundo Sant'Anna de comparecer à argüição parlamentar. Os brios (nessas horas) fervem. E, *last but not least*, o melindre despertado num senador setentrional pela referência presidencial a marimbondos que picam por interesse. Os signatários que faltavam voaram [4] para o requerimento. A farsa tinha pressa e não podia esperar a sua vez, que é a de garantir a reprise na primeira exibição histórica.

Não precisava mais nada para evidenciar a falta de seriedade. Os senadores não quiseram dividir / com os deputados a verdadeira mina eleitoral de uma CPI em ano de eleição para prefeito e vereador. Claro, não será para valer mas para aparecer e negociar. Mesmo porque as CPIs historicamente não oferecem resultados no sentido de corrigir [5] erros estruturais, ou exorcizar definitivamente anões malignos.

Que aconteceu à CPI das empreiteiras? Daí outra versão insinuar que a iniciativa tem o objetivo de empacar logo depois, para começar interminável negociação dos donos da CPI com o governo. Outra prova / de que é farsa: pelo requerimento aprovado, a vida dos bancos vai ser devassada de 1995 para cá.

Foi tudo, portanto, premeditado para deixar de fora das investigações o Banespa, o Banerj e o *dossiê* de escândalos dos governos anteriores. [6] Não é sério. É CPI para dar em nada e destacar meia dúzia de figuras secundárias. De resto, comissões parlamentares funcionam muito mais para fora, mas falham nas providências para dentro.

A famosa CPI do Orçamento fez barulho e cortou / a carreira de saqueadores de recursos públicos, mas não corrigiu um milímetro das práticas tradicionais. Sacrificou-se meia dúzia que saiu rica para salvar dúzias de aproveitadores.

O Orçamento continua infestado de parasitas, como se o dinheiro do contribuinte se destinasse [7] a financiar a carreira política dos eleitos para representar os cidadãos. É por isso que ninguém se sente representado com dignidade por essa gente cuja produtividade só é medida pela quantidade – dezenas de milhares – de emendas pessoais ao Orçamento, sob / a capa de interesse público.

O Congresso está empenhado em retomar a aprovação das reformas, enquanto o Executivo passa às primeiras privatizações que calarão as cassandras, essas viúvas do socialismo falido. Para não ficar atrás do Senado, a Câmara promoveu [8] ontem outro espetáculo anacrônico: liquidou a reforma da Previdência na proposta final negociada pelo governo com a CUT, derrotando o parecer do relator, sem medir as conseqüências.

Os estatizantes não combatem com competência e conhecimento de causa, mas fazem qualquer / pacto para bloquear as reformas e retardar os seus resultados. Não tendo mais argumentos, recorrem a uma CPI para apurar o óbvio: que o sistema financeiro está anacrônico e que a capacidade de fiscalização do Banco Central tornou-se insuficiente para [9] um mercado do tamanho do brasileiro.

Por que o Congresso não cria instrumentos para dar fiscalização eficiente ao governo? Parlamentares não querem saber de eficiência, mas de votos e troca de favores. Ou, se não há interesse do governo em / barganhar, a CPI pode ser uma boa arma de chantagem.

As comissões parlamentares de inquérito, segundo o art. 58 da Constituição em seu parágrafo 3º, podem funcionar, em conjunto ou separadamente, “para a apuração de fato determinado e por prazo...[10]

ÁGUAS PASSADAS

(2 min. de 105 p.p.m.)

passadas	decisão	reestruturar
concessão	abastecimento	iniciativa
municipalização (taq.)	distribuição	consumidor
jugador	eficiência	prestador
serviços públicos (taq.)	empresas	dominadas
fisiologismo	corporativismo	contribuição (taq.)
exagerada	deterioram	privatizar
nevrálgico	complexo	construído
garantir	abastecimento	fornecer
vizinhas	Baixada Fluminense (taq.)	mananciais
incluindo	dispendiosos	custeados
pagarem	população	estendeu
hidrômetros		

A decisão do governador Marcello Alencar, de reestruturar a Cedae, para a concessão de parte do sistema de abastecimento de água e esgotos do estado à iniciativa privada e a municipalização da distribuição, vai transformar o consumidor no grande julgador da eficiência do governo e do setor privado como prestador de / serviços públicos.

A Cedae padece do mal das empresas estatais brasileiras, dominadas pelo fisiologismo e o corporativismo: excesso de pessoal, com alta despesa salarial nos cargos de direção e contribuição exagerada para o fundo de pensão, enquanto os serviços se deterioram de ano para ano.

A intenção de privatizar 80% do sistema [1] do rio Guandu toca no ponto nevrálgico da Cedae. O complexo do Guandu, construído por Carlos Lacerda no primeiro governo da Guanabara, foi para garantir até o ano 2000 o abastecimento do Rio. A fusão da Guanabara com o antigo Estado do Rio criou a responsabilidade política de fornecer água às cidades vizinhas / da Baixada Fluminense, onde se localiza parte dos mananciais da antiga Guanabara, incluindo o próprio Guandu.

Os serviços de água e esgoto são dispendiosos e só podem ser custeados se todos pagarem por ele. O Guandu foi custeado pela população carioca porque a Cedae estendeu hidrômetros por toda a cidade. Quando o ...[2]

REPRESENTATIVIDADE CONTESTADA

(5 min. de 105 p.p.m.)

representatividade (taq.)	contestada	sufoco	mutirão
reeleição	conversas	entretive	Wilson
Teotônio Vilela	sociólogo	formulação	extremamente
natalinas	comemorações	Tereza Cruvinel	repercussão
formulação	inédita	reivindicou	miúda
mediocridade	futricas	alturas	justifica-se (taq.)
incursão	saudosista	cátedra	qualificados
fundamentalmente (taq.)	reexamina	politicólogos	galopante
esvaziamento	representatividade	basilares	alarmantes
confluentes	irreversível	fenômeno	globalização
esmaece	fronteiras	desembaraçada	intermediários
velocidade	tradicional	governamentais (taq.)	enfraquecem
representação (taq.)	reverso	descrédito	refletindo
rejeição	apurados	ajustar-se	exigências
descentralização	transferem-se (taq.)	deslizam	urgência
renascimento	municipalismo (taq.)	autenticidade	aprofunda
morosidade	necessariamente (taq.)	complexidade	decisório
pressionado	globalizado	lógica (taq.)	ocorrendo
queixas	seleciona	personagens	permanentes
gargalo	exercendo	intermediação	descentralização
expelido	compensar-se	apelando	expedientes
duvidosos	expande-se	construindo	notoriamente
dispensáveis	desnecessários (taq.)	mordomias	engalfinha-se
vantagens	enfeites	equivocados	crachás
papelão			

Nos sufocos do fim do ano velho, em pleno mutirão para afastar dificuldades à reeleição, o presidente Fernando Henrique Cardoso, entre as muitas rodadas de conversas, entretive os senadores Wilson Campos e Teotônio Vilela com a recaída do sociólogo na formulação brilhante de tese bem urdida, além de extremamente conveniente para / as circunstâncias.

Esquecida na vertigem das festas natalinas e nas comemorações da troca do ano, mereceu apenas competente registro na coluna de Tereza Cruvinel, na segunda página de *O Globo*, e não encontrou a repercussão a que faz jus.

Não se trata de formulação inédita nem o presidente reivindicou a autoria. Mas, [1] como na rotina miúda da atividade política, raras vezes o debate alça da mediocridade das futricas para o vôo nas alturas das idéias,

justifica-se o esforço para resgate da incursão saudosista do professor afastado da cátedra para dois alunos atentos e qualificados.

Fundamentalmente, a tese presidencial reexamina tema que preocupa politicólogos em todo / o mundo: o galopante esvaziamento do instituto da representatividade, que é uma das pedras basilares da democracia. O elo da corrente que une o parlamentar e a sociedade apresenta sinais alarmantes de desgaste. E por muitas e confluentes razões. A mais grave, porque irreversível, como fenômeno da globalização que esmaece fronteiras, encurta [2] distâncias e mistura interesses e pleitos da sociedade.

Participante, com atuação cada vez mais desembaraçada, a sociedade dispensa intermediários no diálogo com o governo. Ela se organiza em velocidade crescente. Seja através dos sindicatos, sua fórmula tradicional, ou as Organizações Não-Governamentais (ONGs), cada dia mais atuantes.

À medida que se enfraquecem os / laços da representação parlamentar, mais e mais o Congresso vai perdendo posição e prestígio. E o reverso é o descrédito, refletindo os altos índices de rejeição à atividade política apurados pelas pesquisas.

O Estado, mais ágil, consegue ajustar-se com maior rapidez às exigências do tempo, apelando para a descentralização. Decisões mudam de [3] nível, saem da esfera federal, transferem-se para o plano estadual e deslizam, cada vez com maior urgência, para o município. O Brasil, de uns anos para cá, registra o renascimento do municipalismo com a marca da autenticidade.

A cada dia mais se aprofunda o fosso com o Legislativo. O governo não pode esperar / pela morosidade das decisões do Congresso, necessariamente lento, pela complexidade do seu processo decisório. Premido pela necessidade, pressionado pela urgência do mundo globalizado, o Executivo invade espaço do Legislativo.

A reação do Legislativo nem sempre busca a lógica e revela a exata percepção do que está ocorrendo. Queixas contra a imprensa, que [4] seleciona meia dúzia de deputados e senadores como personagens permanentes de toda a atividade política. É que o gargalo aperta e não sobra espaço para os que atuam nos gabinetes exercendo a velha intermediação entre os interesses de suas bases municipais e o Executivo em pleno processo de descentralização.

Expelido do centro das / decisões, o Congresso busca compensar-se apelando para expedientes duvidosos. Expande-se, incha, aumenta o espaço, construindo anexos notoriamente dispensáveis, lota gabinetes com funcionários desnecessários, luta pelas mordomias, engalfinha-se pelos cargos das mesas diretoras. Não abre mão de vantagens, dos enfeites do poder, dos equivocados crachás de papelão.

Bem ou mal, o Executivo está...[5]

VITÓRIA DA TRAIÇÃO

(2 min. de 110 p.p.m.)

<u>vitória</u>	<u>traição</u>	Previdência Social (taq.)
<u>privilégios</u>	minguante	alvar
raciocínio	equivalente	primatas
<u>fotografias</u>	comemorando	<u>exatamente</u>
apocalipse	suicídio	<u>coletivo</u>
palavra (taq.)	decisão	reivindicações (taq.)
<u>sustentação</u>	compromisso	aprovar
<u>prioridade</u>	beneficiários	<u>traições</u>
sofreram	<u>plenário</u>	<u>seriedade</u>
inconsciência	aliados	aposentar (taq.)
adversários (taq.)	conveniência	espúrios
<u>votação</u>	aposentados (taq.)	pensionistas

Quanto custará ao Brasil e, por extensão, aos brasileiros a decisão do Congresso sobre Previdência Social? A derrota da reforma apresentará a conta da despesa com privilégios e a receita minguante, mais cedo do que podem prever esses parlamentares de riso alvar, cuja capacidade de raciocínio equivale à dos primatas. As / fotografias do atraso político comemorando não se sabe exatamente o quê, no plenário da Câmara, tanto pode ser o ritual do apocalipse quanto um suicídio coletivo.

O Brasil não conta para esse nível mental em que a palavra não tem valor de compromisso. O presidente da República atendeu a reivindicações dos partidos que fazem parte [1] de sua base de sustentação parlamentar, em troca do compromisso de aprovar a reforma da Previdência como prioridade nacional. Uma vez satisfeitas as reivindicações, os beneficiários passaram a competir em traições. As propostas do governo sofreram no plenário da Câmara um rombo de 50 votos que dão a medida da falta de seriedade política e / da inconsciência moral.

Com os aliados que reuniu, este governo pode aposentar os seus adversários. Não precisa de oposição. A maioria de conveniência é um ralo de interesses espúrios de que a nação se envergonha. No dia da votação da reforma da Previdência, sem a qual os aposentados e pensionistas ficaram na mira de uma ... [2]

ESPECTRO DO PERIGO

(3 min. de 110 p.p.m.)

espectro	adiamento	reajuste
incerteza	decisão	equidade
retórica	advertência	reformas
flagrante	reduzirem	crescentes
mostram	urgente	competitividade
isoladamente	falimentar	enfrentada
aprovar	previdenciária	tributária
estabilidade	privilégios	lentidão
reformas	dramática	competição
fechamento	empresariado	acomodou
protecionismo	dinâmicos	conscientes
globalização	modernizar	igualdade
competidores	extremamente	difícil
liberdade	equipamentos	modernos
tolhidos	protecionismo	obsoleta
estratosféricos	pressão	poupança
máquinas	amenizaram	implantação
aprovadas	atacar	dispensavam
tiroteio	concorrência	confusão
sugestões	dísparos	desvalorizar

O adiamento do reajuste do funcionalismo público, diante da incerteza quanto à decisão do STF sobre a equidade ao reajuste de 28,86% dado aos militares em 93, mostra que não era retórica a advertência da equipe econômica de que o Plano Real não se sustentaria sem as reformas constitucionais.

Os problemas / se apresentam em duas frentes. Na área fiscal, é flagrante a dificuldade da União, dos estados e dos municípios em reduzirem seus déficits orçamentários. Na área externa, os crescentes déficits comerciais mostram que é urgente atacar os fatores de custo – o custo Brasil – que tiram competitividade das exportações.

A solução nos dois casos não pode [1] ser tomada isoladamente. A situação falimentar de muitos estados e centenas de prefeituras só poderá ser enfrentada se o Congresso aprovar as reformas administrativa, previdenciária e tributária, além de acabar com a estabilidade e os privilégios na aposentadoria.

No comércio exterior, a lentidão das reformas torna dramática a competição externa da indústria. Nos longos anos / de fechamento comercial, boa parte do empresariado se acomodou sob o protecionismo estatal. Mesmo os setores mais dinâmicos e conscientes dos desafios da globalização, tiveram dificuldades de se modernizar.

Ficar em condições de igualdade com os competidores estrangeiros era extremamente difícil com a inflação. As indústrias do exterior tinham liberdade de importar os equipamentos mais **[2]** modernos, com crédito de longo prazo e juros baixos. Já os brasileiros eram tolhidos pelo protecionismo à obsoleta indústria de bens de capital e pelos juros estratosféricos, com a pressão do Estado sobre a poupança nacional.

A abertura comercial e a maior liberdade para importar máquinas amenizaram alguns dos problemas de competição. Entretanto, como 30 / meses depois da implantação do Plano Real as reformas constitucionais ainda não foram aprovadas e o governo esperou muito pelo Congresso, antes de atacar alguns pontos que dispensavam emendas à Constituição, o setor privado ficou no meio do tiroteio na concorrência externa.

Na confusão, surgem sugestões díspares. Desvalorizar o real para inibir as importações e ... **[3]**

SUCESSO NA IMPLEMENTAÇÃO DE DECISÕES ESTRATÉGICAS

(8 min. e meio de 105 p.p.m. + mesmo ditado em ritmo lento.)

implementação	processo (taq.)	sobre (taq.)	maioria(taq.)
literatura	planejamento (taq.)	conseqüentemente (taq.)	
	freqüentemente		
formulação	geral (taq.)	específica	dificuldades
subseqüente	finalidade	artigo (taq.)	entendimento
problemas (taq.)	fatores	comunicação (taq.)	administração (taq.)
comunicar (taq.)	funcionários (taq.)	adotada	consideradas
responsabilidades (taq.)	realizados (taq.)	explicação	motivos
atividades	fundamental (taq.)	tomada	finalmente
necessária (taq.)	efetivamente	modificações (taq.)	programa
necessidade (taq.)	planejada (taq.)	fundamentalmente (taq.)	incapacidade
fatores	envolvimento	interrelaciona	inversamente
desenvolvida (taq.)	principais (taq.)	corresponder (taq.)	nível
interior (taq.)	planejamento (taq.)	viabilidade	específico
simplesmente	afetados	comprometidos	diferentes (taq.)
financeiro (taq.)	mensurável	resultado	importante (taq.)
positivo	sugerida	internamente (taq.)	decisões
atenção	alta	possível	quantidade
conflitantes	desenvolver (taq.)	especificidades	representar (taq.)
por outro lado (taq.)	demais (taq.)	departamentos (taq.)	claramente
prováveis	contrário (taq.)	identificar	probabilidade
desenvolva (taq.)	possibilidades		

Embora a implementação de estratégias seja vista como parte integrante do processo de gerenciamento estratégico, pouco se escreveu sobre este assunto. A grande maioria da literatura vem se concentrando no planejamento de longo prazo em si ou no conteúdo efetivo da estratégia. Conseqüentemente, não é de se / surpreender, que freqüentemente após a formulação de uma estratégia geral ou a decisão sobre uma estratégia específica, sejam encontradas dificuldades durante o processo de implementação subseqüente.

Promovendo o Sucesso na Implementação da Estratégia - Uma das finalidades deste artigo é promover melhor entendimento sobre os diversos problemas de implementação e ao mesmo tempo, [1] com base na experiência,

especular sobre os fatores que ajudam a promover o sucesso na implementação de estratégias.

Comunicação - A alta administração precisa primeiro **comunicar de forma clara** a todos os funcionários de que se trata a nova decisão estratégica. Em termos ideais, isto envolve uma comunicação bidirecional que permite e formula perguntas / aos funcionários envolvidos sobre a estratégia adotada, as questões a serem consideradas ou problemas potenciais que podem ocorrer. Além disso, a comunicação inclui explicar claramente que novas responsabilidades, tarefas e deveres precisam ser realizados pelos funcionários afetados. Também inclui a explicação dos **motivos para a mudança** das atividades dos cargos e, o [2] que é fundamental, **a razão por que** a decisão estratégica foi tomada. Finalmente, a comunicação bidirecional é necessária em todo o processo de implementação para monitorar o que está efetivamente acontecendo, analisar como lidar com problemas emergentes e decidir que modificações precisam ser feitas no programa para que ele funcione.

Começar com um Bom / Conceito ou Idéia – A necessidade de começar com uma estratégia formulada que envolva uma boa idéia ou conceito como forma de obter sucesso na promoção da implementação. Em poucas palavras, o que esta idéia sugere é que nenhuma quantidade de tempo ou esforços dispendidos na implementação pode resgatar uma decisão estratégica [3] **que não tenha sido bem formulada desde o princípio**. Mais do que bem planejada, a idéia deve, fundamentalmente, fazer sentido. Assim, isto sugere que a implementação da estratégia pode falhar por uma razão entre duas. **Uma** é causada pela incapacidade de atender aos fatores necessários durante a implementação para garantir que uma estratégia / bem formulada tenha sucesso. **A outra causa** se deve a um plano mal concebido e formulado que nenhuma quantidade de esforço será capaz de resgatar.

Obter o compromisso e o envolvimento dos funcionários – esta terceira sugestão se baseia nas duas primeiras e se interrelaciona com elas. Uma forma de conseguir isto é [4] envolver os funcionários e gerentes co-responsáveis pela mudança desde o princípio do processo de formulação da estratégia. Inversamente, quando uma decisão estratégica for desenvolvida no vazio, por poucas pessoas, a alta administração não deve se surpreender se houver resistência durante a implementação por parte dos funcionários afetados. A alta administração não deve se / surpreender se o plano contiver grandes falhas porque os principais funcionários e os grupos afetados não participam em sua formulação. Na realidade o inverso pode corresponder à verdade. A alta administração deve se surpreender se uma estratégia formulada e desenvolvida sem muita participação dos funcionários for implementada com sucesso.

O envolvimento e [5] o compromisso também devem ser desenvolvidos e mantidos ao longo do processo de implementação. Se os gerentes de nível médio e interior e os subordinados em posições-chave tiverem permissão para se envolverem no planejamento detalhado da implementação, o compromisso deles tenderá a aumentar. A viabilidade do plano específico de ação também

deve / aumentar simplesmente como o envolvimento dos funcionários afetados - e comprometidos - tanto no início como durante o processo de implementação.

Prover recursos suficientes – Há pelo menos quatro tipos diferentes de recursos. O mais óbvio é o **financeiro** que, considerando o escopo mensurável de decisões estratégicas corresponde a uma exigência de resultado. Inversamente, a [6] incapacidade de fornecer fundos suficientes pode contribuir para a limitação do sucesso ou para o fracasso total. A competência técnica e gerencial é outro importante recurso que pode ter um efeito positivo ou negativo sobre a implementação. A experiência técnica (ou conhecimento) com relação à nova decisão estratégica é fundamental. A idéia sugerida / aqui é que as empresas precisam ter experiência internamente ou contratar alguns novos funcionários que a possuam para poder implementar decisões estratégicas que envolvam novos esforços.

Outro recurso é o tempo. Tempo suficiente para realizar a implementação, tempo e atenção dedicados pela alta administração ao novo empreendimento e, se possível, uma quantidade [7] não muito grande de outros programas conflitantes que ocupem o tempo dos funcionários envolvidos na implementação.

Desenvolver um Plano de Implementação – esta sugestão implica a necessidade do desenvolvimento das especificidades a serem realizadas durante o processo de implementação. Essencialmente, isto detalha **quem deve fazer o que e quanto**. Muitos mencionam que este plano / deve representar equilíbrio. Se o plano de implementação for muito vago, sua utilidade prática será pouca. Por outro lado, se o plano for detalhado demais, tenderá a forçar os diversos departamentos funcionais a segui-los à risca, mesmo quando necessita ser claramente reformulado.

Uma parte do plano deve identificar claramente os prováveis problemas [8] de implementação. Em vez de adotar uma atitude cega e pensar que nada dará errado durante a implementação de uma decisão estratégica, faça o contrário. Tente identificar os problemas que têm maior probabilidade de ocorrer e então desenvolva ações contingenciais para essas possibilidades.

PONTO SENSÍVEL

(6 min. de 105 p.p.m.)

sensível	programa	sinônimo
reestrutur <u>ação</u>	serviço público (taq.)	eficiência
pagador	beneficiário	trilhos
panorama	displicência	urbana
providência	tardava	iniciativa
contrat <u>ação</u>	excessiva	endividamento
insuportável	adotaram	padrões
recuperar	excelente	assumiram
ultrapassam	absolutíssima	capacidade
enfrentá-los	Maílson	Nóbrega
beneficiários	descentralização	tributária
promovido	aumentaram	gerenciar
concentra <u>ção</u>	inexpressiva	participação (taq.)
desejariam	desencorajá-los	imagine-se
disposi <u>ção</u>	parentelas	sequiosas
promessas	prometeram	relógio
enquadrar	Teresina	Aracaju
comprometer	ociosidade	lendária
atrasado	suficientemente	complicado
absorver	energia	desnecessário (taq.)
sucessivamente	qualidade	manifestações
iluminação	asfalto	segurança
malcuidadas	refletem	

O novo prefeito carioca tocou no ponto sensível da sua e de todas as novas administrações municipais quando disse que executará um programa de qualidade na prefeitura. Programa de qualidade é sinônimo de reestruturação do serviço público, no mínimo. “Vamos melhorar a eficiência dos serviços, com menos custos, deixando o cliente, / que é o povo, satisfeito”, disse Luís Paulo Conde no seu discurso de posse.

Estava, de fato, na hora de começar a pensar no *cliente*, razão de ser dos governos, pagador de impostos, morador das cidades, beneficiário ou vítima de bons ou maus administradores. O Rio não será a primeira cidade brasileira [1] a entrar nos trilhos, dentro do panorama geral de displicência urbana, mas a providência tardava, e não há como adiar por mais tempo a tarefa de levar para o serviço público padrões de qualidade adotados na iniciativa privada. O serviço público precisa deixar de ser visto como burocracia viciosa, de

contratação excessiva de / pessoal (paraíso do nepotismo) e de endividamento insuportável.

Outros estados, como Minas com a educação, e outros países, como os Estados Unidos, adotaram padrões de qualidade como metas para recuperar atraso, e tiveram sucesso. Sem educação excelente não há como partir para outros vãos. No caso do Brasil como um todo, são 5.348 [2] prefeitos que assumiram no dia 1º, sabendo que têm pela frente desafios que ultrapassam, na maioria absolutíssima dos casos, a capacidade municipal de enfrentá-los.

Os municípios, como acaba de lembrar o ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega, foram os grandes beneficiários do processo de descentralização tributária promovido pela Constituição de 88. / Repasses de impostos federais e estaduais aos municípios aumentaram de 11% para 18% – bela fatia do bolo tributário. Mas a gula com que as prefeituras foram à fatia maior do bolo se traduziu em ineficiência e má gestão. Quantos prefeitos têm realmente capacidade de gerenciar suas prefeituras? A má qualidade dos políticos [3] brasileiros não se faz esperar quando dela se exige um mínimo de concentração. Praticamente 70% das prefeituras são cidades pobres, de atividade econômica inexpressiva, tendo como principal fonte de recursos repasses do Fundo de Participação dos Municípios.

O funcionalismo público por este Brasil afora vegeta em sinecuras nem tão boas como desejariam, / mas nem tão ruins a ponto de desencorajá-los a continuar. O Fundo de Participação não os deixa à míngua. Em 1996, foram criados 536 novos municípios, mais de dois a cada dia útil. Imagine-se o que isto significa em criação de novos empregos, de novos vereadores – verdadeira orgia à disposição de parentelas sequiosas [4] de sinecuras.

Das promessas de campanha à realidade das prefeituras, os novos prefeitos não têm ilusões. Prometeram muito para cumprir pouco, ou nada. Espera-os a bomba-relógio da lei legislativa que os obriga a enquadrar gastos do funcionalismo até o limite de 60% da receita. Há cidades, como São Paulo, que só gastam / 38% da receita com a folha, mas há também capitais, como Teresina e Aracaju, que chegam a comprometer 75% de sua renda só para alimentar ociosidade já lendária.

Os municípios devem 10 bilhões de reais. Diga-se, em verdade, que só São Paulo deve 6,4 bilhões do total. Metade dos novos prefeitos [5] já entram devendo mais de um mês de salário atrasado. Há algumas prefeituras com nove folhas salariais para trás, o que já é um problema suficientemente complicado para absorver a energia dos novos governantes. Tudo isto se reflete diretamente sobre o *cliente*, a população.

Desnecessário dizer que os problemas de má gestão, herdados / agora, mas por sua vez herdados também de administrações anteriores, e assim sucessivamente, vão se refletir diretamente na pioria da qualidade de vida dos cidadãos, em todas as manifestações à sua volta, na coleta de lixo, na iluminação pública, nos buracos do asfalto, na segurança, etc. Cidades sujas e malcuidadas refletem o ...[6]

DILEMAS NA PRIVATIZAÇÃO DA VALE

(4 min. de 110 p.p.m. + mesmo ditado em ritmo lento)

dilemas	privatização	controvérsias
companhia (taq.)	ideológico	primárias
desinformações	perspectivas	corporativos
benefícios	acumulados	continuidade
iniciadas	coincidência	programado
consultor	seguiram	sucesso
inclusive	emblemática	conquistas
participar	atoleiro	burocrático (taq.)
operacionais	estratégicas	submetidas
inibindo	perspectivas	competitividade
dinâmica	acumulando	monopolista
transferência (taq.)	iniciativa	progresso
inequívoca	favoráveis	privatizadas
coincidência	familiarizado	investimentos
particularmente (taq.)	Minas Gerais (taq.)	Maranhão
profissionalmente (taq.)	adequação	destacar
inicialmente	questionar	fundamentam
indispensável	pressupõe	configuração
fundamentalmente (taq.)	vinculada	estabilização
consideração	objetivos	

Existem muitas controvérsias em torno do processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Algumas são de natureza meramente ideológico-primárias. Outras resultam de desinformações básicas sobre a situação atual e as perspectivas da Companhia. E muitas outras escondem interesses velados ou corporativos quanto aos impactos da privatização sobre / benefícios acumulados.

Em outubro de 1992, quando assumi o Ministério do Planejamento, havia muitas dúvidas sobre a continuidade que o presidente Itamar daria às privatizações das empresas estatais federais iniciadas no Governo Collor. Por coincidência, estava programado para aquele mês o leilão da privatização da Acesita, empresa da qual tinha sido consultor durante os cinco [1] anos anteriores. Com o apoio do Presidente, foi realizado o leilão e muitos outros se seguiram com sucesso, inclusive a emblemática privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, símbolo das conquistas nacionalistas do pós-Guerra.

Ao participar da conclusão do processo de privatização da Acesita, estava ciente de que este seria o melhor caminho para retirar a / empresa do atoleiro burocrático a que suas decisões administrativas, operacionais e estratégicas estavam submetidas, inibindo a expansão de uma organização com enormes perspectivas de competitividade dinâmica e que vinha acumulando prejuízos financeiros, apesar de sua posição monopolista no mercado nacional de aços especiais. Passados mais de três anos desde a transferência de seu controle para [2] a iniciativa privada, não resta dúvida de que houve significativa melhora no desempenho econômico-financeiro da empresa e de que as possibilidades de seu progresso se ampliaram de maneira inequívoca. Os mesmos resultados favoráveis foram obtidos por quase todas as empresas estatais que foram privatizadas, desde 1990.

Por coincidência, também tenho sido consultor da Companhia / Vale do Rio Doce ao longo dos últimos oito anos, estando familiarizado com a evolução dos seus principais programas e projetos de investimentos, particularmente nos estados de Minas Gerais, Pará e Maranhão. E confesso que não me sinto profissionalmente seguro quanto à adequação da forma a ser adotada para o seu processo de privatização.

É [3] preciso destacar, inicialmente, que não me incluo entre aqueles que procuram polemizar sobre a forma da privatização para, no fundo, questionar a própria privatização. Nem me incluo entre aqueles que fundamentam suas dúvidas em argumentos que desconhecem a nova fase da inserção indispensável da economia brasileira no cenário internacional, a qual pressupõe a configuração de / novos papéis para a intervenção governamental.

Entre os que apóiam a privatização da Companhia, podemos destacar duas posições, igualmente válidas dentro da perspectiva de interesse nacional: uma fundamentalmente vinculada aos objetivos da estabilização de curto prazo e a outra que toma em consideração os objetivos de médio e de longo prazo da economia brasileira. Ambas... [4]

DIREITO À SEGURIDADE SOCIAL

(5 min. de 110 p.p.m.)

<u>declaração</u>	universal (taq.)	direitos humanos (taq.)
<u>seguridade</u>	segurança	social (taq.)
<u>cooperação</u>	organização (taq.)	indispensáveis
<u>personalidade</u>	assegurar	<u>alimentação</u>
vestuário	habitação (taq.)	desemprego
invalidez	subsistência	<u>signatários</u>
<u>convenção</u>	americana (taq.)	comprometem-se
decorrem	federativa (taq.)	solidária
erradicar	<u>marginalização</u>	desigualdades
<u>humanidade</u>	destinadas	universalidade (taq.)
<u>uniformidade</u>	custeio	<u>descentralizado</u>
<u>incentivos</u>	creditícios	<u>majorado</u>
atenderão	invalidez	reclusão
desemprego	<u>involuntário</u>	preservar-lhes
<u>subvenção</u>	<u>lucrativos</u>	representativas (taq.)
<u>formulação</u>	padrão	assegurar
de acordo com (taq.)		

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS: Todos têm direito à segurança social e à realização pelo esforço nacional e pela cooperação internacional, de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento de sua personalidade. Todos têm direito / a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais, direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (arts. [1] 22 e 25)

PACTO INTERNACIONAL DE DIREITOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS: Os Estados signatários do presente Pacto reconhecem a toda pessoa o direito à segurança pessoal, inclusive ao seguro social. (artigo 9º)

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE OS DIREITOS HUMANOS: Os Estados Partes comprometem-se a adotar providências a fim de conseguir a plena efetividade dos direitos que / decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos. (art. 26)

CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988): Constituem objetivos da República Federativa do Brasil: 1) construir uma sociedade livre, justa e solidária; 2) garantir o desenvolvimento nacional; 3) erradicar a pobreza e a marginalização

e reduzir as desigualdades [2] sociais e regionais; 4) promover o bem de todos. Entre os princípios que regem nossa República encontra-se a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e / à assistência social. Cabe ao Poder Público organizar a seguridade social nos seguintes termos: 1) universalidade da cobertura e do atendimento; 2) uniformidade dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; 3) eqüidade na forma de participação no custeio; 4) caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação da comunidade, em especial [3] de trabalhadores, empresários e aposentados. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta. A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios. Nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser / criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total. Os planos de previdência social, mediante contribuição, atenderão a: 1) cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte, incluídos os acidentes de trabalho, velhice e reclusão; 2) ajuda à manutenção dos dependentes dos segurados de baixa renda; 3) proteção ao trabalhador em situação de desemprego [4] involuntário. É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real. É vedado subvenção ou auxílio do Poder Público às entidades de previdência privada com fins lucrativos. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente da contribuição à seguridade social. Participação da população, por meio de organizações representativas, na / formulação das políticas e no controle das ações. (artigo 3º, incisos 1º a 4º; artigo 4º, inciso 9º; arts. 194 a 204) **DIREITO À SAÚDE / DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS:** Todos têm direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde e bem-estar. (art.25) - **PACTO INTERNACIONAL ... [5]**

MENTALIDADE COLONIAL

(5 min. de 110 p.p.m.)

<u>mentalidade</u>	colonial	omisso
desatento	considerou	prevarica <u>ção</u>
<u>indevidamente</u>	satisfazer	incluído
<u>alienação</u>	patrimônio	<u>autorização</u>
período	<u>conferido</u>	<u>eleitorado</u>
<u>respectivo</u>	usufrutuários	pertencem
cidadão	continua	Poder Executivo (taq.)
Poder Legislativo (taq.)	Câmara de Vereadores(taq.)	<u>efetivo</u>
recursos	existência	União
<u>arrecadadores</u>	Rodrigo Octávio	<u>memorável</u>
patrimoniais	<u>classifica</u>	domínio
<u>distinção</u>	<u>alienação</u>	Inglaterra
iniciativa	obrigou	exercício
<u>fiscalizadora</u>	serviço público (taq.)	transformasse (taq.)
<u>privilégio</u>	destacou-se	escreveu
John Bauer	tiveram	valerem
<u>concessões</u>	precedente	propaganda
<u>fiscalizadora</u>	suficientes	tomavam
<u>execução</u>	capitais	existentes

BARBOSA LIMA SOBRINHO - O Código Penal não foi omisso, nem desatento, quando, no seu artigo 354, considerou crime de prevaricação “retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra expressa disposição da lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal. Não estará incluído nesse crime a alienação do patrimônio público sem / autorização expressa de seu dono, a União, o Estado ou o Município?”

Há que levar em conta que o presidente da República, ou o governador do Estado ou os prefeitos das cidades brasileiras, não são donos efetivos dos bens públicos da União, do Estado ou do Município. São apenas administradores, no período de tempo do [1] mandato que lhes foi conferido pelo eleitorado nacional, estadual ou municipal.]

E tanto é assim que, no termo do respectivo mandato, passam a ser tão somente usufrutuários de bens que não lhes pertencem, como qualquer cidadão da União, do Estado ou do Município. O que não afeta o destino do bem público, que continua a / prestar serviços ao povo da União, do Estado ou do Município.

Nem há necessidade de possuir maiores conhecimentos. Basta saber quem é o dono efetivo do bem público. Evidente não é o presidente da

República, nem o governador de estado, nem o prefeito. Se o Poder Executivo não é dono dos bens públicos, o mesmo [2] se pode dizer do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados e também da Câmara de Vereadores.

O dono efetivo dos bens públicos é o povo, pois que foi com os seus recursos, através dos impostos, que foi possível a existência desses bens, seja da União, como dos Estados ou dos Municípios. Bens que foram / criados através do pagamento desses impostos, de que tanto a União, como os Estados e os Municípios, foram meros arrecadadores, durante o período de seu mandato.

O eminente jurista Rodrigo Octavio escreveu um livro memorável, com o título *Do Domínio da União e dos Estados*, segundo a Constituição Federal. Na página 6 distingue entre os [3] bens públicos, federais, estaduais ou municipais em duas classes: “os de uso comum e os patrimoniais que correspondem aos que ele classifica como domínio público e domínio privado do Estado.

Não há, realmente, como deixar de aceitar essa distinção, até mesmo sob o aspecto de sua alienação. Tanto mais que nos países ricos, como a / Inglaterra e, sobretudo, os Estados Unidos, contando com o capital de seus milionários, que tomaram a iniciativa de montar, eles próprios, os serviços de utilidade geral e obrigou o Estado, em defesa da comunidade, ao exercício de uma função fiscalizadora, que sempre levou em conta as necessidades dos humildes e da pobreza. Para que o / serviço público não se transformasse num privilégio dos ricos, destacou-se, não somente na sua atuação pessoal, como nos livros que escreveu, John Bauer, que também valeu como mestre dos brasileiros que tiveram a responsabilidade de cuidar das necessidades e dificuldades de se valerem desses serviços, ou dessas concessões de serviços públicos. Um precedente que trouxe, / como consequência, não só a propaganda de muitos livros sobre a matéria, como o desenvolvimento da ação fiscalizadora da autoridade pública.

Já no Brasil, a situação era outra. Ou não havia capitais suficientes para a presença dessas empresas, que tomavam a seu cargo a execução de serviços públicos, ou os capitais existentes tinham receio de ... [5]

QUEM TEM MEDO DO PLEBISCITO?

(5 min. de 110 p.p.m.)

plebiscito (taq.)	elaborada	imperador
mencionar	vocábulo	privilégio
dedicando-lhe	autorizar	estendendo-o
desmembramento	assinalar	soberania
exercício	sufrágio	eficiência
distinguir	eleitores	impondo
manifestações	verdadeiramente	fundamentais (taq.)
integrante	identidade	referendo
equiparam	autorização	sensibilidade
compreender (taq.)	educativos	integrar
eleitorado	valer-se	exemplos
decisões	aprovação	patrimônio
recorrer	disposição	escrupulosos
exigir	honestidade	consciência
alienação	propriedade	temporários
popular	recorrem	incluía
expressamente	conservação	determinada
figurava	temporário	recusar
atestado	riquezas	orgulha
propriedades	desfazer	impor
honestamente	eletricidade	

BARBOSA LIMA SOBRINHO

Nenhuma das seis Constituições brasileiras, desde a de 1824, elaborada ainda nos tempos do Imperador Pedro Primeiro, chegou a mencionar o vocábulo plebiscito. Caberia esse privilégio à Constituição de 1988, dedicando-lhe alguns de seus artigos, com menção até mesmo nas Disposições Transitórias.

Em todos esses artigos, vale-se / da palavra plebiscito para autorizar a criação de Estados e Territórios, estendendo-o, também, à criação, à fusão e desmembramento dos Municípios. Vale-se ainda do vocábulo para assinalar a sua importância, no âmbito da soberania popular, e como demonstração do exercício do sufrágio universal pelo voto direto e secreto, com o mesmo grau de eficiência sem [1] distinguir entre todos os eleitores, impondo perfeita igualdade, entre todas as manifestações da vontade popular. O que faz do plebiscito uma das manifestações de um regime verdadeiramente democrático.

O plebiscito surge, em primeiro lugar, entre as definições da democracia, como um dos elementos fundamentais do exercício e da manifestação da

soberania popular, como integrante dos / direitos políticos do direito de voto do eleitor brasileiro. E, de certo modo, há uma certa identidade entre o plebiscito e o referendo, como manifestação da vontade popular. Plebiscito e referendo também se equiparam, quando dependem de autorização do Congresso Nacional, na convocação do Poder Legislativo, que deve ter bastante sensibilidade para compreender que servem [2] também como processos educativos, para integrar o eleitorado nas decisões do governo e do próprio Legislativo.

É o caso de valer-se dos exemplos da Suíça, em que todo o povo se integra nas decisões do governo, através dos plebiscitos, com governantes que fazem questão da aprovação popular, para decisões mais importantes, sobretudo aquelas em que / está em causa o patrimônio público.

Governos honestos têm à sua disposição a faculdade de recorrer ao julgamento do povo, que estão representando, com esses dois processos, que o constituinte pôs à disposição de governantes escrupulosos, que devem ser os primeiros a exigir uma aprovação prévia, para todos os atos em que está em causa [3] o patrimônio público. A honestidade está em causa, na resistência maior, ou menor, no apelo ao julgamento, não só da Consciência dos governantes, mas também na opinião e na decisão do voto popular, toda a vez que se recorre à alienação de uma propriedade, que pertence a todo o povo, e não a governos que / são, apenas, seus administradores temporários.

O que dá direito de pôr em dúvida decisões que não recorrem à opinião e à aprovação de seu legítimo dono, que é o povo, e não um governo temporário, com um mandato que não incluía expressamente a alienação do patrimônio, e sim a sua conservação. Em termos precisos, para [4] a alienação de determinada propriedade, que figurava entre as maiores riquezas, não dos governantes, mas do povo que os elegeu para um mandato temporário.

Não tenho dúvida em recusar um atestado de honestidade a um governo que se desfaz das maiores riquezas públicas, sem uma autorização expressa, baseado apenas numa autorização geral, que nunca levou / em conta as riquezas de que se orgulha. O que não impede a alienação de propriedades públicas, desde que com autorização expressa para se desfazer de qualquer bem, que esteja pesando no orçamento público ao ponto de impor, honestamente, a sua alienação.

Mas será que a Vale do Rio Doce, que os serviços de eletricidade... [5]

JÁ NASCE ANTIGA

(5 min. de 110 p.p.m.)

laborioso	elaboração	mobilizou
envolvimento	empresários	presenciamos
indignados	estarecidos	relatoria
eixo	orientador	cerceamento
participar	retrocesso	aperfeiçoamento
consciência	seríssima	mobilização
formadores	dirigentes	surpreende
diminuição	evidencia	obrigatório
gratuito	progressiva	universalização (taq.)
atendimento	creches	obrigação
argumentação	disponíveis	esquemáticas
convencionais	absurdo	essenciais
recursos	criados	descobertas
quisesse	modular	insuficiente
torná-lo	cerceamento	decisões
concretiza	aspectos	supressão
interessada	domínio	coletiva
significativas (taq.)	descobertas	inteligência
essencialmente	fenômenos	incorpora
minimamente	recursos	ultrapassado
científicos	contemporâneos	sintetizados
consideraram	desiguais	múltiplas
referências (taq.)	gravíssimas	conseqüências (taq.)

Durante seis anos, um laborioso processo de elaboração de uma lei de diretrizes e bases para a educação mobilizou amplos segmentos da sociedade brasileira. Milhares de emendas foram apresentadas ao texto inicial, resultado do envolvimento de universidades, secretarias de educação, associações de pais, escolas públicas e particulares, entidades sindicais e estudantis, empresários. / Desse processo resultou o projeto enviado pela Câmara ao Senado em 1994.

Em abril de 1995, presenciamos, indignados e estarecidos, uma sessão conjunta da Comissão de Educação da Câmara e da Comissão de Constituição e Justiça do Senado na qual o senador Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou a relatoria do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ) [1] de um outro projeto, gestado no MEC com um novo eixo orientador, diferente do projeto vindo da Câmara. Nesse novo projeto, duas essenciais diferenças com relação ao projeto original: a diminuição das responsabilidades do Estado com relação à educação e o cerceamento da sociedade civil de participar das decisões sobre o ensino, num nítido retrocesso / no processo de aperfeiçoamento democrático.

É preciso que a consciência dessa seriíssima mudança de rumo na legislação sobre educação produza mobilização. Professores, estudantes, pais, formadores de opinião, dirigentes dos mais diferentes setores da sociedade devem superar o impacto de terem sido postos de lado por um governo que surpreende com um modo de governar avesso [2] ao respeito à expressa vontade dos governados.

A diminuição das responsabilidades do Estado em relação à educação se evidencia no Artigo 4, parágrafo 1, segundo os quais só o ensino fundamental é obrigatório e gratuito. No parágrafo 2, resta ao ensino médio apenas a progressiva universalização. No parágrafo 4, há a expressão ainda menos clara / de atendimento gratuito, em creches e pré-escolas, às crianças de zero a 6 anos de idade, ao contrário da obrigação de oferta que figurava no outro texto.

A argumentação do atual governo é a de que a Lei de Diretrizes e Bases deve ser uma lei do possível, isto é, que possa ser cumprida [3] a partir dos recursos financeiros disponíveis nos esquemas orçamentários convencionais. É um absurdo lógico - e crime político - regular necessidades essenciais dos cidadãos pelos recursos orçamentários. Devem, ao contrário, ser criados e orçamentados recursos que atendam às necessidades básicas. É como o pai que quisesse modular as necessidades fundamentais do filho a partir de um salário / insuficiente, sem responsabilmente lutar para torná-lo suficiente.

O cerceamento da sociedade civil de participar das decisões sobre o ensino se concretiza, entre outros aspectos, pela supressão, no atual texto da lei, do Fórum Nacional da Educação. O novo projeto deu as costas à sociedade brasileira interessada em dele participar. Isso é grave, porque a sociedade [4] é o domínio próprio das trocas, da produção coletiva, como atestam as mais significativas descobertas das ciências da inteligência. Elas nos revelam que ensinar e aprender são essencialmente fenômenos sociais. O novo projeto não incorpora minimamente as novas descobertas sobre como se aprende, e por isso já nasce ultrapassa do. Os achados científicos contemporâneos que podem / ser sintetizados na expressão “todos podem aprender” estão ausentes da Lei de Diretrizes e Bases. Nela se consideram mais e menos dotados, capacidades desiguais de aceder aos conhecimentos, e há múltiplas referências aos alunos de “menos rendimento”, com gravíssimas conseqüências práticas na sua estrutura global.

A Lei de Diretrizes e Bases é antiga no próprio... [5]

CARTA DO PROFESSOR



Prezado aluno,
prezada aluna,
parabéns!

Você está terminando o treinamento de velocidade taquigráfica, *nível avançado*. Depois de um estudo metódico, feito com dedicação e persistência, você conseguiu subir vários degraus na velocidade e aumentou consideravelmente o domínio da técnica e do apanhamento taquigráfico. Avançou bastante. Deu grandes passos. Mas para alcançar a total proficiência é preciso avançar mais, é imperioso seguir o treinamento rumo a 140 palavras por minuto, considerado o apogeu da velocidade no nosso idioma. Cento e quarenta palavras por minuto significam mais de duas palavras por segundo. Uma velocidade fantástica, não é? Mas não é difícil atingi-la. Para tanto, basta empenho, dedicação, estudo metódico, reservar pelo menos 40 minutos diários para o treino. Treinar, treinar e treinar, repetir de modo intensivo as palavras de difícil traçado taquigráfico e repetir várias vezes o mesmo ditado.

Claro, trata-se de um desafio! Mas como são excitantes os desafios! Agora que você já consegue taquigrafar na velocidade de 110 palavras por minuto, daqui a pouco você estará em 115 ppm e, mais um pouco, em 120 ppm. Trata-se apenas de ir queimando etapas. Mesmo que você gaste três, quatro meses para avançar em cada etapa da velocidade, verá que vale a pena! A cada dia você se sentirá mais apto a pegar oradores velozes.

Avante!

Para a frente!

Para o alto!

Prof. Waldir Cury

*Feci quod potui,
faciant meliora potentes.*
